

## Quem disse ?

«A cavalgada do grotesco e do voyeurismo pode ter consequências imprevisíveis ao nível da indiferença e do esvaziamento de valores cívicos e éticos»

**Guilherme d' Oliveira Martins**  
Visão, 1 de Fevereiro



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Imigração ilegal

### Governo prepara combate ao subemprego

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, garantiu, terça-feira que o Executivo socialista quer adequar as funções dos imigrantes clandestinos que se estão a legalizar em Portugal às suas qualificações académicas. «Vejo com tristeza que pessoas de várias nacionalidades que são sobre-qualificadas estão a desempenhar tarefas para as quais não é necessária nenhuma qualificação» especial, disse o governante ao salientar que «há vontade política» para encontrar soluções para estes casos.

Ferro Rodrigues, que falou durante uma visita que efectuou em conjunto com o titular da pasta da Administração Interna a um posto de atendimento para a legalização de imigrantes clandestinos, disse também que, no entanto, a «primeira prioridade» do Governo é legalizar os estrangeiros empregados ilegalmente em Portugal.

A «vontade política» anunciada deriva, segundo o ministro, do facto de «não fazer sentido ter um discurso sobre a qualificação e depois utilizar pessoas altamente qualificadas» em áreas abaixo das suas capacidades.

A legalização dos imigrantes clandestinos a trabalhar em Portugal é, para o titular da pasta do Trabalho e Solidariedade, «um processo que, além de todas as medidas humanistas, tem importância económica e cultural, o que é fundamental para um País onde ainda existem fenómenos de tentativa de fuga à legalidade».

Ferro Rodrigues sustentou ainda que, ao ser concedida uma autorização de trabalho, o trabalhador é inscrito na Segurança Social e, muitas vezes, a própria empresa empregadora «sai da clandestinidade» para integrar a economia legal.

António Guterres em entrevista à «Visão»

## Se há alguma coisa que caracteriza o PS é que é um espaço de liberdade



O camarada António Guterres, em entrevista publicada na última edição da revista «Visão», salienta que o Governo está empenhado em contribuir para tornar o País mais moderno, competitivo, através de «uma acção que não esqueça a coesão nacional, a justiça social, a igualdade de oportunidades, ou seja, que tenha a marca do socialismo democrático».

## Política

### Nova Lei das autarquias Revolução na forja



Os socialistas querem mudar a constituição do Executivo autárquico, garantindo-lhe maior governabilidade, eficiência e operacionalidade. Nesse sentido, defendem a uniformização da forma de constituição dos órgãos dos diversos tipos de autarquias locais, a simplificação do processo de responsabilização política, e o reforço da função fiscalizadora e das competências políticas das assembleias locais.

Marcelo Curto

### Uma vida com o coração sempre à esquerda



A esquerda está mais pobre. Os trabalhadores perderam um amigo de sempre. O camarada Marcelo Curto, fundador do PS, faleceu na passada sexta-feira. Defensor intransigente do socialismo - sem cedências a correntes que no seu interior, em nome de uma pseudo-modernidade, o pretendem descaracterizar numa lógica centrada - e dos direitos dos trabalhadores, foi um destacado opositorista ao regime fascista e maçom.



## Promover a excelência

António Guterres deu a semana passada a sua primeira entrevista de fundo desde que o Partido Socialista ganhou as eleições legislativas de 1999. Nela, Guterres aborda as linhas principais da actualidade política e económica. Mas fala sobretudo do que quer para Portugal e para os portugueses, revelando uma grande coerência e sensibilidade relativamente aos principais problemas da nossa sociedade.

Guterres aponta a competitividade, a qualificação profissional das pessoas e reforma da Administração Pública como os problemas fundamentais do País.

Segundo o primeiro-ministro, que aposta decisivamente na promoção da excelência, é importante garantir um maior número de cursos de natureza profissionalizante e apostar seriamente num ensino profissional tecnológico artístico, em paralelo com a qualificação dos nossos adultos, razão pela qual se aposta cada vez mais em actividades de formação, tendo por objectivo em 2006 abranger 10 por cento da população activa.

Ciente da necessidade em apostar na qualificação das pessoas, na produtividade da economia e na qualidade da administração, Guterres reconhece a urgência da aposta na modernização, através de uma acção que não esqueça a coesão nacional, a justiça social, a igualdade de oportunidades; ou seja, que tenha a marca do socialismo democrático.

Se no primeiro mandato tínhamos como objectivo deixar a marca de uma nova cultura democrática na condução do poder; a marca de uma forte consciência social contra uma lógica meramente tecnocrática; e o desígnio de colocar Portugal no centro da construção europeia – nomeadamente a entrada na moeda única, afirma Guterres, hoje a aposta vai na contribuição para tornar o País mais moderno, competitivo, no respeito por valores humanistas, de cidadania e de justiça social.

Relativamente à reforma da Administração Pública, o primeiro-ministro António Guterres aponta como objectivo essencial a sua colocação completamente *on line*, já em 2005, até porque a lógica é caminhar no sentido do *quichet* único. Para já estão em curso um conjunto diversificado de medidas de curto prazo, nomeadamente quanto ao sistema de recrutamento, formação e renovação de quadros; reavaliação dos institutos públicos para permitir a definição de novas regras para a sua continuação, criação e funcionamento e preparação da desconcentração das funções da administração central, espalhadas pelo País.



## SECTOR PÚBLICO É INSTRUMENTO ESSENCIAL NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES

Sob o título «Os socialistas democráticos actores da mudança», o «Acção Socialista» publicava na sua edição de 10 de Fevereiro de 1983 artigos de três grandes vultos do socialismo democrático na Europa: Olof Palme, Andreas Papandreu e Felipe González. Era o tempo em que os valores e princípios estavam sempre presentes. Não havia terceiras vias nem (pós) modernistas.

«É preciso defender o sector público, porque é um instrumento essencial para uma política de luta contra as desigualdades», afirmava Olof Palme, acrescentando: «Se se quer construir uma sociedade baseada na igualdade e se se quer aumentar a qualidade da sociedade, é preciso defender o sector público e lutar simultaneamente contra a burocracia. Sem um sector público eficaz não há política de igualdade.»

Esta edição dava ainda particular destaque ao balanço efectuado por Mário Soares da sua visita ao Médio Oriente, onde chefiou a mais importante missão da Internacional Socialista àquela.

J. C. CASTELO BRANCO

10 de Fevereiro

Quem disse?

«Será uma ideia revolucionária afirmar que cada criança tem direito à educação, que cada doente tem direito a ser tratado, que cada cidadão tem direito a um alojamento? Isto não pode ser totalmente abandonado à iniciativa privada»

Olof Palme



## Internet Introdução de banda larga em Portugal

O camarada António Guterres, chefe do Executivo socialista, afirmou, no dia 5, que estará em breve disponível em Portugal o acesso à Internet em banda larga (ADSL), mediante a utilização dos fios telefónicos, que aumentará substancialmente a rapidez do acesso à rede.

Falando na inauguração do novo Serviço Público Directo, o governante adiantou que «o UMTS e outras formas de comunicação por banda larga, como o cabo, a futura televisão digital e interactiva, a utilização dos fios telefónicos tradicionais com uma aplicação chamada ADSL, que estará segura-



mente também em breve disponível na vida portuguesa, tudo isto vai permitir uma comunicação via Internet muito mais rápida e eficaz do que hoje, utilizando as linhas habituais».

## Sociedade da Informação Guterres assiste a demonstração telemóveis de 3ª geração

O primeiro-ministro, António Guterres, presidiu no dia 6, em Lisboa, à demonstração das vantagens da nova geração de telemóveis feita pelos presidentes das operadoras que ganharam o respectivo concurso: Oni, Telecel, TMN e Optimus.

Depois desta apresentação, que decorreu no Centro Cultural de Belém e em que também esteve presente o ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, o chefe do Executivo socialista visitou uma escola dos arredores de Lisboa que se tem distinguido na aplicação da informática ao ensino.

Neste estabelecimento de ensino a informática é utilizada designadamente no

ensino da matemática e ainda por uma aluna que sofre de leucemia e não pode ir às aulas, pelo que estas lhe são ministradas em casa através de videoconferência.

Portugal é, com a Finlândia e a Irlanda, um dos três países da Europa onde o acesso à Internet está mais difundido entre as escolas do ensino primário e secundário. A apresentação dos telemóveis de nova geração e a visita a esta escola inserem-se na semana que Guterres dedicou a uma série de iniciativas relacionadas com a Sociedade da Informação e que teve ontem um ponto alto com um Conselho de Ministros a aprovar um conjunto de diplomas sobre esta matéria.

## Idosos querem líder do MODERP na AR

Cerca de 300 idosos estiveram presentes no dia 27 de Janeiro, em Alcabideche, num convívio organizado pelo MODERP/UGT, que teve como objectivo solicitar ao secretário-geral do PS, camarada António Guterres, a inclusão nas listas do partido nas próximas legislativas do seu

secretário-coordenador, camarada Manuel Jerónimo. Os moderpistas consideram Manuel Jerónimo o legítimo representante dos cerca de três milhões de idosos, dado o seu trabalho e credibilidade ao longo de 15 anos junto desta camada da população.

## Instituto de Emprego pretende criar mais 50 mil postos de trabalho

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) afirma que existe actualmente um «défice de mão-de-obra», estando reunidas as condições «para criar mais 50 mil postos de trabalho» durante este ano.

Este foi um dos dados apresentados no dia 31 de Janeiro pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, durante o balanço da política de emprego em 2000, ano em que Dezembro representou o 48º mês de descida consecutiva do desemprego.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, os desempregados inscritos no IEFP em 2000 foram menos 4,5 do que em 1999, enquanto o emprego por conta de outrem subiu 2,7 por cento em relação ao ano anterior.

Durante o ano 2000, no qual o IEFP promoveu 67 mil ofertas de trabalho, os beneficiários das políticas activas de emprego passaram para 346.800, representando mais 6,5 por cento do que em 1999 e um gasto de 96 milhões de contos.

ANTÓNIO GUTERRES

Entrevista à «Visão»

## SE HÁ ALGUMA COISA QUE CARACTERIZA O PS É QUE É UM ESPAÇO DE LIBERDADE

O camarada António Guterres, em entrevista publicada na última edição da revista «Visão», salienta que o Governo está empenhado em contribuir para tornar o País mais moderno, competitivo, através de «uma acção que não esqueça a coesão nacional, a justiça social, a igualdade de oportunidades, ou seja, que tenha a marca do socialismo democrático».

**N**a entrevista concedida à revista dirigida por Cáceres Monteiro, em que são abordados os principais temas da actualidade nacional e da vida político-partidária, para além de algumas questões mais intimistas, o camarada António Guterres reafirma a paixão do seu Governo pela educação e novas tecnologias e sublinha que o PS foi, e será sempre um amplo espaço de liberdade.

O primeiro-ministro revela, no que respeita à educação, que os famosos prefabricados, que eram 20 por cento das instalações escolares, quando chegou ao Governo, são hoje 5 por cento e desaparecerão no final deste mandato, elegendo como uma prioridade a reforma do ensino secundário, garantindo um maior número de cursos de natureza profissionalizante e apostando num ensino profissional tecnológico e artístico.

Numa prova de humildade democrática, fala dos erros do Governo, nomeadamente porque reconhece ser inquestionável que o grau de absorção exigido pela presidência da União Europeia fez com que não atribuisse importância à ideia de se ia generalizando de que estava mais interessado numa acção internacional do que nos problemas nacionais, ao mesmo tempo que afirma ter falhado também ao introduzir um novo método de coordenação, mais descentralizado.

Reafirmando a sua convicção de que o Poder é, em grande medida, «uma ilusão», refere que gostaria de deixar como marca



da sua governação o ter podido contribuir para tornar o País «mais moderno, competitivo, no respeito por valores humanistas, de cidadania e de justiça social».

Confrontado com as críticas de ex-membros do seu gabinete, afirma que «se há alguma coisa que caracteriza o PS, é que é um espaço de liberdade», acrescentando: «Se há alguma coisa que tem caracterizado a minha própria acção política é a forma como procuro exercê-la de uma maneira tolerante.»

### Direcção do PS plural

Sobre o próximo Congresso, afirma desejar que a direcção do partido seja plural, adiantando que em relação à moção que vai apresentar já pediu e vai continuar a pedir contributos «às mais diversificadas personalidades».

Revela ainda que gostava que alguém aparecesse a disputar-lhe a liderança e não está preocupado com a sucessão.

«Neste momento, não estou a pensar ir-me embora. As preocupações de um líder em relação ao futuro devem ser as de evitar qualquer lógica de depois de mim o dilúvio», diz. Na entrevista à «Visão», o camarada António Guterres desmonta os ataques da direita à reforma fiscal e salienta os seus aspectos positivos, nomeadamente os benefícios para os trabalhadores por conta de outrem, para as empresas cumpridoras e o combate à fuga e evasão fiscais.

### Cavaco Silva errou

Reagindo às críticas do seu antecessor, Cavaco Silva, o secretário-geral do PS afirma que o antigo líder laranja «continua a raciocinar em termos macroeconómicos e em termos de despesa pública. Aliás, em contraste com o que fez. E com uma grande falta de rigor». «Cavaco Silva falava de um monstro que era o défice de 2000, que não existiu – sabemos hoje que é o menor de sempre», esclarece.

Relativamente à reforma da Administração Pública, o primeiro-ministro aponta como objectivo central a sua colocação completamente *on line*, já em 2005, até porque a lógica é caminhar no sentido do *guichet* único.

Num registo mais intimista, manifesta-se contrário à «big brotherização» da vida de muitos políticos, mostra-se convicto de que o Benfica ainda pode ser campeão, revela que o livro que está a ler é sobre uma história da república holandesa, entre a revolta contra os Habsburgos e o seu fim, em 1806, e que o último filme que viu foi chinês, «Yi-Yi».

J. C. CASTELO BRANCO

### Guterres dixit

«O problema central que temos no nosso país é o da qualificação das pessoas, da produtividade da economia e da qualidade da administração»

«Quando chegámos ao Governo, o sistema educativo estava numa situação caótica»

«Hoje, não fazemos "fábricas de aulas". Fazemos escolas completas, com laboratórios, bibliotecas, ligação à Internet, pavilhões desportivos»

«Enganei-me ao não atribuir importância à ideia de que, na presidência da UE, estava mais interessado numa acção internacional do que nos problemas nacionais»

«Gostaria de contribuir para tornar o País mais moderno, competitivo, no respeito por valores humanistas, de cidadania, e de justiça social»

«Se há alguma coisa que caracteriza o PS, é que é um espaço de liberdade»

«O objectivo essencial é pôr a Administração Pública integralmente *on line* em 2005»

«Uma coisa posso garantir: nunca me fartarei da vida política»

## O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

**Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005  
**CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097  
**BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278





## REVOLUÇÃO NA FORJA

**Os socialistas querem mudar a constituição do Executivo autárquico, garantindo-lhe maior governabilidade, eficiência e operacionalidade. Nesse sentido, defendem a uniformização da forma de constituição dos órgãos dos diversos tipos de autarquias locais, a simplificação do processo de responsabilização política, e o reforço da função fiscalizadora e das competências políticas das assembleias locais.**

**A**perfeiçoar a qualidade da democracia, através da melhoria progressiva das relações entre os cidadãos e as instituições políticas, é o desafio assumido pelo Governo PS ao submeter a discussão parlamentar iniciativas legislativas que prevêm uma reforma do sistema eleitoral e do sistema de governo local que já foram apelidadas de revolucionárias.

No que toca à proposta de lei n.º 32 (altera a lei que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, a lei que regula o regime jurídico da tutela administrativa, e a lei que define o estatuto dos eleitos locais), as alterações significativas introduzidas por este diploma na eleição, constituição e composição dos órgãos executivos impõe, no entender dos socialistas, «a revisão do regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias».

Por outro lado, a homogeneidade na constituição dos órgãos executivos associada aos poderes dos respectivos presidentes enquanto coordenadores e principais responsáveis pela sua acção, não dispensam, segundo o Governo PS e no quadro do equilíbrio de poderes, o reforço dos mecanismos de acompanhamento e fiscalização pelos órgãos deliberativos.

Assim, atenta a homogeneidade dos órgãos executivos municipais, com a expectativa de acrescida operacionalidade e eficácia, o Executivo chefiado pelo camarada António Guterres considera «justificável» que todos os seus membros exerçam a actividade em regime de permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo.

Na iniciativa legislativa em questão, a par do reforço das competências dos órgãos deliberativos, consagra-se uma alargada composição das respectivas mesas, cuja eleição obedece ao sistema proporcional da média mais alta de Honot, assegurando a necessária representatividade da composição plural das assembleias autárquicas.

Especialmente no que respeita à mesa da Assembleia Municipal, conferem-se-lhe competências que visam operacionalizar o acompanhamento e a fiscalização da actividade do Executivo.

São as exigências de acompanhamento e fiscalização que igualmente determinam



que no regime de tutela de legalidade se estabeleça como causa de dissolução e de perda de mandato a recusa aos órgãos deliberativos da prestação de informações e documentos necessários ao exercício da aludida competência.

A valorização e dinamização do papel das assembleias municipais passa também, no entender do Governo, pela possibilidade de os membros eleitos por cada partido ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores se constituírem em «grupos municipais».

Com a institucionalização desta figura, e tendo em conta as competências conferidas ao grupo, dá-se um passo decisivo no sentido da recondução da Assembleia Municipal ao centro do debate político das questões essenciais da vida dos municípios.

Como expressão máxima do controlo político pelos órgãos deliberativos, confere-se eficácia à figura da moção de censura, sem que, ao arreio dos objectivos do novo modelo proposto, esta se transforme num mecanismo gerador de instabilidade.

Neste sentido, exige-se que para a moção de censura implicar a apresentação de uma nova composição do Executivo, ela tenha que ser aprovada por maioria qualificada de dois terços dos membros em efectividade de funções, não podendo ser votadas nos primeiros 12 nem nos últimos seis meses do mandato autárquico.

### Aperfeiçoar a democraticidade local

A segunda proposta de lei do Governo (a

n.º 34) prevê a criação da lei orgânica reguladora dos membros das autarquias locais, bem como a constituição dos respectivos órgãos.

O diploma, no âmbito da reforma do sistema eleitoral, inova no que se refere às inelegibilidades, adoptando o processo de elencagem de cargos e funções assentes em razões de independência e imparcialidade, a par da enumeração de outras situações já hoje objecto de previsão.

Ainda no que respeita à mesma matéria, faz-se a distinção entre inelegibilidades gerais, ou seja, as que são aplicáveis a todas as autarquias locais sem distinção, e especiais, isto é, as que se restringem à área de alguma ou algumas delas.

Relativamente à data das eleições estabelece-se a obrigatoriedade de as mesmas se realizarem em momento anterior ao actualmente resultante da lei, visando criar condições para que os novos órgãos eleitos possam assumir as respectivas competências e os compromissos eleitorais, em toda a plenitude, imediatamente após a respectiva instalação, designadamente sem o constrangimento que o sistema vigente induz, no que diz respeito à utilização de instrumentos de gestão (embora temporária) elaborados e aprovados pelos órgãos que os antecederam.

Quanto à apresentação de candidaturas, considera-se o reforço da participação dos cidadãos na vida política através do desenvolvimento do princípio da livre apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores; o reconhecimento da competência de apreciação ao tribunal que for designado por sorteio como local para apresentação da candidatura; o aumento do número de suplentes das listas candidatas às eleições; a proibição de candidaturas simultâneas, por listas diferentes, ao mesmo órgão autárquico; o princípio de que os candidatos que possam apresentar-se a sufrágio para mais do que um órgão, o não possam fazer por candidaturas diferentes quando a entidade proponente de uma das listas que integra para um dos órgãos seja igualmente proponente de outra lista para o outro órgão; e a simplificação das formalidades a cumprir pelas coligações antes constituídas e já registadas ao abrigo das disposições aplicáveis da lei dos partidos políticos.

Por fim, reserva-se um título para tratar do mandato e constituição dos órgãos autárquicos, tentando superar os aspectos que no actual sistema se têm revelado inibidores de uma governabilidade eficaz.

O Governo aposta, pois, numa maior valorização do primado do interesse público na constituição dos órgãos executivos, transparência do jogo democrático, abertura à concretização democrática do princípio da alternância, coesão do órgão executivo e o reforço da qualidade de participação política do órgão deliberativo, em termos que permitam uma clara avaliação democrática dos resultados pelos cidadãos.

## PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

O Governo apresentou, no dia 7, na mesa da Assembleia da República, duas propostas de lei que visam introduzir alterações significativas no sistema de governo local. Entre as inovações mais significativas salientam-se:

- Eleição directa, secreta, universal, periódica e simultânea das assembleias das autarquias locais e dos presidentes das câmaras municipais e das juntas de freguesia;
- O presidente da Câmara Municipal e o presidente da Junta de Freguesia são os cabeças da lista mais votada para a Assembleia Municipal e para a Assembleia de Freguesia, respectivamente;
- O poder de designação dos restantes membros da câmara e da junta cabe ao presidente da Câmara Municipal e ao presidente da Junta de Freguesia, respectivamente;
- A designação referida é feita de entre membros da assembleia eleitos directamente;
- Os poderes de fiscalização da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia abrangem o poder de apreciação da constituição e do programa assim como de remodelação dos órgãos executivos da iniciativa do presidente destes;
- O exercício de tal direito é reservado aos membros das assembleias eleitos directamente e em efectividade de funções;
- A estabilidade governativa é garantida, designadamente através da imposição da maioria qualificada para a deliberação de rejeição e através de regras que facilitam a plena consciência das responsabilidades políticas dos órgãos e dos seus titulares;
- O número de titulares do órgão executivo municipal é reduzido, face à respectiva homogeneidade;
- As soluções práticas de governo são facilitadas pela via da constituição de executivos maioritários, com a participação de uma só, ou de duas ou mais forças políticas sufragadas;
- As crises políticas mais graves são solucionadas, mediante devolução da respectiva resolução, em última análise, aos eleitores.

## RECONSTRUIR COM DETERMINAÇÃO E RAPIDEZ

O Conselho de Ministros, na reunião que decorreu no dia 1, em Lisboa, solidarizou-se com as populações afectadas pelas intempéries que assolaram o País, manifestando o seu profundo pesar junto dos familiares das vítimas mortais, e aprovou um conjunto de diplomas com medidas destinadas a acorrer aos danos e prejuízos de maior relevo causados pela segunda vaga de intempéries.

Assim, o Governo socialista deu luz verde à resolução que estabelece medidas adicionais para acorrer aos danos e prejuízos de maior relevo causados pelas condições climáticas adversas do presente Inverno.

Em 11 de Janeiro de 2001, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução que contemplou as medidas consideradas necessárias para acorrer aos danos e prejuízos mais significativos causados até então pelas intempéries que assolaram o País no presente Inverno, a fim de serem analisadas com celeridade e eficácia.

Decidiu-se deste modo a promoção de imediato da reparação de equipamentos infra-estruturas e instalações públicas geridas pela Administração Central, a criação de uma comissão técnica interministerial, que envolverá entre outros o Serviço Nacional de Protecção Civil, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, para avaliar os riscos e propor as medidas respeitantes à consolidação da escarpa de Santarém, para além da criação de uma linha de crédito de até 10 milhões de contos, para a reparação de equipamentos municipais de relevante interesse público e para grandes reparações de habitações próprias de particulares.

Por outro lado, foram dadas orientações ao ministro da Administração Interna para accionar a conta especial de emergência para acorrer a danos de particulares decorrentes de acidente grave ou de situação equiparada, nos casos de manifesta carência de recursos dos lesados, tendo-se determinado ainda aos diferentes departamentos da Administração Central que identifiquem danos sectoriais relevantes e mobilizem os meios adequados a uma resposta atempada no âmbito das respectivas competências.

A continuação e, em muitos casos, o agravamento das condições climáticas no decurso de Janeiro último, aliadas ao levantamento de outros prejuízos efectuado desde então, tomam igualmente urgente a aprovação de medidas adicionais adequadas a minimizar os prejuízos sofridos pelos particulares, nomeadamente de apoio às famílias que viram as suas habitações destruídas pelas cheias e derrocadas, nos casos de manifesta carência de recursos dos lesados, e de apoio aos municípios nessa reposição, através do alargamento da linha



de crédito aprovada pela resolução acima referida e da criação de um regime de excepção que facilite a execução das obras necessárias à reconstrução e reparação de equipamentos, edifícios e infra-estruturas. Assim, o Conselho de Ministros resolveu:

- Determinar a promoção imediata da reparação de equipamentos e infra-estruturas e instalações públicas geridas pela Administração Central (nomeadamente escolas, vias de comunicação, portos, equipamentos hidráulicos de protecção de costa e contenção de cheias), sendo mobilizado um valor adicional de aproximadamente oito milhões de contos, que acrescerá ao valor previsto no número 7 da resolução do Conselho de Ministros de 11 de Janeiro de 2001;
- Aumentar, para 15 milhões de contos, o montante global máximo da linha de crédito bonificado aprovada pelo Conselho de Ministros em 11 de Janeiro de 2001, para a reparação de equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público e para grandes reparações de habitações próprias de particulares;
- Propor à Assembleia da República que o recurso a esta linha de crédito não seja considerada para os limites legais da capacidade de endividamento dos municípios, e que os contratos a celebrar nesse âmbito sejam isentos de visto prévio do Tribunal de Contas;
- Aprovar um regime excepcional para a execução das obras necessárias à reparação de infra-estruturas, e à reconstrução de edifícios, construções e equipamentos colectivos e ao realojamento das pessoas, cujas habitações ficaram total ou parcialmente destruídas em consequência das condições climáticas desfavoráveis ocorridas desde Novembro de 2000;
- Mandatar o ministro da Administração Interna para accionar a conta especial de emergência para acorrer a danos de

particulares decorrentes de acidente grave ou de situação equiparada, nos casos de manifesta carência de recursos dos lesados, nos termos da resolução do Conselho de Ministros acima referida, e para disponibilizar aos agregados familiares fortemente afectados e com fracos recursos económicos, uma verba de sobrevivência e reposição de bens de primeira necessidade;

- Mandatar o ministro do Trabalho e da Solidariedade para, através do Fundo de Socorro Social, apoiar prioritariamente as obras de reparação urgente dos equipamentos e respostas sociais, geridos por instituições de solidariedade social, que tenham sido afectados, garantindo a reposição das condições de funcionamento dos mesmos;
- Mandatar o ministro da Economia para accionar a linha de crédito bonificado gerida pelo IAPMEI, para este efeito, até ao montante de 1,5 milhões de contos, para fazer face a danos ocorridos na actividade económica, nos sectores do comércio, indústria e serviços usualmente excluídas de cobertura seguradora, e para definir critérios específicos na avaliação das candidaturas ao Programa PROCOM e outros sistemas de incentivos para fazer face a circunstâncias excepcionais;
- Mandatar a ministra do Planeamento para dar prioridade e reforçar, nas áreas mais afectadas e em particular nos territórios abrangidos por Acções Integradas de Base Territorial, os instrumentos existentes de apoio aos investimentos elegíveis;
- Mandatar o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas para adoptar as medidas conducentes à reposição do potencial produtivo das infra-estruturas afectadas no âmbito dos instrumentos de política, com financiamento comunitário, geridos pelo ministro;
- Mandatar o ministro da Agricultura, do

Desenvolvimento Rural e das Pescas para ajustar à presente situação a utilização dos mecanismos previstos de apoio ao rendimento dos agregados familiares agrícolas, nomeadamente através do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas e das ajudas das organizações comuns de mercado, bem como, em conjunto com o ministro das Finanças, na revisão das condições contratuais da linha de crédito criada pelo decreto-lei n.º 140/97, de 5 de Julho, relativamente aos agricultores comprovadamente afectados;

• Mandatar o ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território para celebrar, no quadro das suas disponibilidades orçamentais, contratos-programa para compartilhar financeiramente obras municipais, cujo montante de reposição comparado com a capacidade financeira do município não possa ser suportado em exclusivo pelo recurso à linha de crédito que foi aumentada para 15 milhões de contos, acima referida;

• Criar uma Comissão Interministerial, que será integrada pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, que coordena, e pelos secretários de Estado adjunto e das Obras Públicas, secretário de Estado adjunto e do Orçamento, secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, secretário de Estado das Pequenas e Médias Empresas, do Comércio e dos Serviços, secretário de Estado adjunto do ministro do Planeamento, secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, secretário de Estado da administração Educativa e secretário de Estado da Administração Local, com o objectivo de acompanhar a execução das políticas previstas na presente resolução;

• Constituir três comissões técnicas interministeriais que, sob a coordenação do Ministério da Administração Interna, através dos governadores civis, e que integrará representantes do Serviço Nacional de Protecção Civil, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, do Instituto Nacional da Água e do Instituto Hidráulico, Engenharia Rural e Ambiente, avaliem e proponham intervenções estruturais de regularização nas bacias do Douro, Mondego e Vouga.

### Desburocratizar...

O Executivo chefiado pelo camarada António Guterres aprovou também, na reunião do dia 1, uma proposta de lei que simplifica os mecanismos de adjudicação e de fiscalização prévia dos contratos relativos às obras de reparação, construção e reconstrução de edifícios, equipamentos e infra-estruturas municipais e das habitações de particulares que ficaram total ou parcialmente destruídos, em virtude das condições climáticas desfavoráveis ocorridas no presente Inverno e excluídos dos limites do endividamento municipal os empréstimos



a celebrar ao abrigo da linha de crédito bonificado para a realização das respectivas obras.

Este diploma visa criar um regime excepcional que desburocratize procedimentos e possibilite a realização, no mais curto espaço de tempo, das obras necessárias à reposição da operacionalidade dos equipamentos e infra-estruturas municipais afectados.

Pretende-se, assim, dotar os municípios afectados pelas referidas condições climáticas desfavoráveis, de mecanismos que simplifiquem os procedimentos relativos à realização das obras necessárias à reparação, construção e reconstrução dos edifícios, equipamentos e infra-estruturas municipais, total ou parcialmente danificados.

Neste sentido, o diploma estipula a dispensa de visto prévio do Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização sucessiva e concomitante da respectiva despesa, para os contratos a celebrar pelos municípios para a reparação, construção ou reconstrução de equipamentos e infra-estruturas municipais, total ou parcialmente afectados; e que os empréstimos celebrados ao abrigo da linha de crédito bonificado especialmente criada para a reparação de danos causados por estas intempéries não contem para os limites do endividamento das autarquias locais que a ela recorram.

#### **Crédito para comércio, indústria e serviços**

Ainda na reunião do Governo socialista ficou decidida a criação de linhas de crédito com o objectivo de minimizar os danos ocorridos, na actividade económica, nos sectores do comércio, indústria e serviços. Este decreto-lei vem criar linhas de crédito especiais, a disponibilizar pelas instituições de crédito que celebrarem, para o efeito, um protocolo com o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), o qual suportará a totalidade dos encargos de juros calculados com base na menor das taxas de juro contratual do financiamento bancário ou taxa de referência para o cálculo da bonificação; bem como os encargos correspondentes

ao imposto de selo.

Têm acesso a estas linhas de crédito as empresas localizadas nas regiões atingidas por condições climáticas excepcionais (a ser definidas por despacho conjunto dos ministros da Administração Interna, das Finanças e da Economia) que, por efeitos de tais condições, tenham sofrido danos significativos na sua actividade comercial, industrial ou de serviços.

Os empréstimos beneficiam de um período de diferimento até dois anos e o seu reembolso, em função de cada caso, não pode exceder seis anos, a contar do conhecimento pelo beneficiário da aprovação do seu pedido de empréstimo.

#### **Simplificar reconstrução**

Por último, o Conselho de Ministros decidiu aprovar o decreto-lei que simplifica os mecanismos de adjudicação dos contratos relativos às obras de reparação, construção e reconstrução de edifícios, equipamentos e infra-estruturas municipais que ficaram total ou parcialmente destruídos, em virtude das condições climáticas desfavoráveis ocorridas no presente inverno.

Este diploma vem criar um regime excepcional que se aplica às obras de reparação, construção ou reconstrução financiadas com recurso à linha de crédito bonificada instituída para a reparação dos danos causados pelas condições climáticas adversas ocorridas nos meses de Novembro de 2000 a Janeiro de 2001, em equipamentos e infra-estruturas municipais.

Os órgãos municipais competentes para as referidas obras ficam excepcionalmente autorizados, por um período de dois anos (a contar da data da publicação deste diploma) a proceder ao ajuste directo dos trabalhos cuja estimativa de custo global, não considerando o IVA, seja inferior a 100 mil contos – quando se trate de obras destinadas à reparação, construção e reconstrução de edifícios ou equipamentos municipais, com consulta obrigatória a, pelo menos, 5 entidades –, ou 350 mil contos – quando se trate de obras respeitantes a infra-estruturas municipais, com consulta obrigatória a, pelo menos, cinco entidades.

## CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 1 de Fevereiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova medidas adicionais para acorrer aos danos e prejuízos de maior relevo causados pelas condições climáticas adversas do presente Inverno;
- Uma proposta de lei que simplifica os mecanismos de adjudicação e de fiscalização prévia dos contratos relativos às obras de reparação, construção e reconstrução de edifícios, equipamentos e infra-estruturas municipais e das habitações de particulares que ficaram total ou parcialmente destruídos, em virtude das condições climáticas desfavoráveis ocorridas no presente inverno e excluídos dos limites do endividamento municipal os empréstimos a celebrar ao abrigo da linha de crédito bonificado para a realização das respectivas obras;
- Um decreto-lei que cria linhas de crédito com o objectivo de minimizar os danos ocorridos, na actividade económica, nos sectores do comércio, indústria e serviços;
- Um decreto-lei que simplifica os mecanismos de adjudicação dos contratos relativos às obras de reparação, construção e reconstrução de edifícios, equipamentos e infra-estruturas municipais que ficaram total ou parcialmente destruídos, em virtude das condições climáticas desfavoráveis ocorridas no presente inverno;
- Um decreto-lei que cria o Instituto Universitário de Viseu e autoriza a sua integração, durante o período de instalação, na Universidade de Aveiro;
- Um decreto-lei que aprova as adaptações necessárias à integração do ensino superior militar no sistema nacional de avaliação e acompanhamento do ensino superior;
- Uma resolução que adjudica a Grano Salis – Investimentos Turísticos, Jogo e Lazer, SA, a concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar no casino da zona de jogo de Tróia;
- Um decreto-lei que determina que o trabalho extraordinário, praticado pelos médicos em serviço de urgência, seja pago com base no regime de trabalho de dedicação exclusiva com o horário de quarenta e duas horas semanais, para a respectiva categoria e escalão, independentemente do regime de trabalho praticado;
- Um decreto-lei que aprova os Estatutos do Instituto Português da Qualidade;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica da Direcção-Geral da Administração da Justiça;
- Um decreto-lei que aprova os Estatutos do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça;
- Uma resolução que autoriza, em execução da lei que aprova o Orçamento do Estado para 2001, a emissão de dívida pública;
- Uma resolução que delega no ministro da Defesa Nacional, a competência para autorizar procedimentos, pedidos de autorização de despesa e de dispensa da celebração de contrato escrito, referentes à aquisição de combustível líquido pela Marinha;
- Um decreto que declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona do Centro Histórico da cidade de Leiria;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Cernache de Bonjardim, no município da Sertã;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano de Urbanização do Picoto, em Ferreira, no município de Sernancelhe;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor do Quarteirão de Santo António, em Vale de Cambra;
- Uma resolução que designa Joel Teixeira Frederico da Silveira para membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social.



PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

Mais 22 efectivos da PSP vão ser destacados para o patrulhamento permanente da zona do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, onde foi recentemente assassinado um estudante, anunciou no dia 2, o ministro da Administração Interna.



Nuno Severiano Teixeira falava no final de audiências que manteve com autarcas da Câmara de Lisboa e com o director Nacional de Polícia, realizadas depois do esfaqueamento de um aluno do Instituto Superior Técnico, no dia 29 de Janeiro, aparentemente na sequência de uma tentativa de assalto num prédio do Bairro de Arroios, próximo daquele estabelecimento universitário. O reforço no policiamento daquela zona da capital vai concretizar-se com o destacamento de mais um carro-patrulha com dois agentes, dez efectivos do Corpo de Intervenção e outros dez da Unidade de Reforço da PSP, explicou o ministro. Esta medida vai permitir a «maior presença e visibilidade das forças policiais no terreno, medidas que decorrem do director nacional da PSP, que prevê (também) a desafecção de dez por cento dos actuais efectivos em trabalhos administrativos para patrulhamento» em Lisboa, o que se traduzirá na disponibilização de mais 150 agentes para policiamento, segundo acrescentou Nuno Severiano Teixeira.

**AGRICULTURA**

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, afirmou, no dia 3, em Bragança, que, apesar das vozes discordantes, o Governo não recua na decisão de criar Zonas de Caça Municipais sem o consentimento dos proprietários. O governante justificou a sua determinação afirmando que, «até agora, os caçadores entram indiscriminadamente em qualquer terreno para caçar e ninguém reclamava». Estas novas zonas de caça foram instituídas com a nova lei da caça, em vigor desde Setembro de 2000, que tem como objectivo ordenar o denominado «terreno livre». O Conselho Nacional de Caça, reunido recentemente em Macedo de Cavaleiros, criticou fortemente a «dispensa» de

consentimento dos proprietários na cedência de terrenos para as Zonas de Caça Municipais.



Para Capoulas Santos, esta atitude «não é mais do que um conflito de interesses», porque, até à entrada em vigor da nova lei, os terrenos sempre estiveram em regime livre e ninguém se queixava.

**AMBIENTE**

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, confessou no dia 4 ter ido à Feira do Fumeiro de Vinhais, para «cometer um dos pecados capitais», atraído pelos famosos enchidos desta vila do Nordeste Transmontano.



«Venho à Feira do Fumeiro, sinceramente, e que Deus me perdoe, para cometer um pecado – o pecado da gula», confidenciou o ministro a todos que se encontravam num animado almoço, no último dos quatro do certame que, há 21 anos, atrai forasteiros de todo o País aquela que se assume como «a capital do fumeiro». Depois do repasto à base dos tradicionais enchidos, com abundante picante a exigir como acompanhamento o vinho, que também não falta nesta região, Sócrates admitiu que, depois disto terá que «fazer alguma penitência», mas sem se dar ainda por satisfeito. «Só me dou por satisfeito quando me meterem algum fumeiro no carro», avisou, ironizando com o que por esta altura se ouve dizer da afluência de governantes a este certame. Nesta edição não houve excepção à regra

e foram dois ministros, o do Ambiente e o da Reforma Administrativa, dois secretários de Estado, o do Planeamento e o ajunto da Administração Interna, acompanhados de deputados e outros institucionais que encerraram o certame.

**DESENVOLVIMENTO RURAL**

Portugal conta, desde o dia 1, com um Centro Tecnológico de Citricultura em Silves, estação que visa promover o desenvolvimento qualitativo e quantitativo dos citrinos portugueses.



Inaugurado pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, o novo Centro representa uma aposta na modernização e adaptação às novas realidades de mercado, através da criação de condições para um produto (laranjas, tangerinas) de melhor qualidade e mais competitivo. Falando na cerimónia de inauguração, o governante afirmou que a criação destas estações tecnológicas inserem-se na política de desenvolvimento rural do Governo tendente a uma adaptação às novas tecnologias e realidades do mercado. De acordo com o governante, em Março será inaugurado, em Alcobaça, o novo Centro Tecnológico Hortofrutícola, estrutura que visa também o desenvolvimento da fileira frutícola nacional. Considerando estas estações tecnológicas estruturantes para as regiões onde estão inseridas, Vítor Barros admitiu que outros produtores, nomeadamente de produção animal, têm manifestado o seu interesse na criação de centros tecnológicos, especialmente a nível dos pequenos ruminantes.

**ECONOMIA E FINANÇAS**

Os ministros da Economia e das Finanças reuniram-se, no dia 2, em Lisboa, com o responsável máximo da italiana ENI, o maior accionista da Galpenergia a seguir ao Estado português. Os ministérios dizem que o encontro com Vittorio Mincato foi uma reunião «normal entre accionistas para fazer um ponto da situação da empresa», mas a agência Lusa garantiu que uma das questões tratadas foi a hipótese de a EDP vir a aumentar a sua participação no capital social da empresa face à quase certa saída da Iberdrola. A Iberdrola, cuja fusão com a Endesa foi

aprovada na passada sexta-feira pelo governo espanhol, detém quatro por cento do capital da Galpenergia e a EDP 14,27 por cento.



«Essa (reforço da participação da EDP) é uma das possibilidades, entre outras possíveis como esperar pela oferta pública de venda, preparado para daqui a oito meses, ou o reforço de outros accionistas», adiantou uma fonte da empresa. Na reunião entre Pina Moura, Mário Cristina de Sousa e o administrador-delegado da ENI foi também discutida a forma de acabar com a instabilidade que se vive há alguns meses na administração da Galpenergia. «Será encontrada em breve uma solução numa perspectiva de empresa, uma solução de gestão», adiantou a mesma fonte. Mário Cristina de Sousa desmentiu no mesmo dia que o presidente da Galpenergia, Bandeira Vieira, tenha pedido a demissão de António Mexia, vice-presidente da holding.

**EDUCAÇÃO**

«A extensão para 12 anos da escolaridade obrigatória é um objectivo a médio prazo porque as escolas do País ainda não estão preparadas», afirmou, sexta-feira, dia 2, no Funchal, a secretária de Estado da Educação, Ana Benavente.



A secretária de Estado falava num debate sobre a Reforma Educativa e aspectos relacionados com a organização e gestão curricular do Ensino Básico e Secundário. Ana Benavente salientou que a escolaridade obrigatória de nove anos só agora foi



PELO PAÍS

Governança Aberta

cumprida «com todas as dificuldades» e que o objectivo do Governo neste momento é o de garantir a todos os jovens até aos 18 anos a sua participação nas vias educação e formação.

«Será um objectivo a concretizar a médio prazo», disse ao comentar a medida do Conselho Económico e Social.

O Governo quer aumentar a escolaridade obrigatória do 9º para o 12º ano, a exemplo do que acontece na maior parte dos países da União Europeia, segundo um acordo de princípio aprovado pelos parceiros sociais. A medida consta do acordo de princípio sobre «emprego, mercado de trabalho, educação e formação» aprovado, no dia 1, em sede de Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), depois de dez meses de negociações nos grupos de trabalho.

**EMPREGO E FORMAÇÃO**

O combate à exploração do trabalho infantil na Europa «tem hoje condições para vencer», afirmou, no dia 3, em Lisboa, o secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso.



Ao intervir na cerimónia de encerramento da conferência «Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil na Europa», Paulo Pedroso sustentou que os países europeus «estão maduros» para desenvolverem um combate eficaz ao problema que atinge todo o continente e «não só os países menos desenvolvidos». O sucesso do combate ao flagelo, como já foi descrito pelo ministro Ferro Rodrigues, só terá, no entanto, sucesso, se «for executado de forma concertada» e partindo do «estudo real das situações em cada sociedade».

«Um dos piores adversários do combate à exploração do trabalho infantil é o desconhecimento real do problema», sustentou o governante.

Paulo Pedroso reiterou também que o trabalho português de combate ao trabalho infantil pode «constituir um exemplo» a ser seguido por outros países, estando o Governo disponível para «cooperar» com as entidades interessadas em conhecer a realidade nacional.

**FINANÇAS**

O ministro das Finanças, Pina Moura, defendeu, no dia 2, que as empresas e

famílias devem alterar os seus padrões de comportamento, ajustando e modernizando os instrumentos de decisão financeira e afectação de recursos.

Pina Moura, que falava na abertura do 12º encontro da SAER – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, sobre o tema «As relações Portugal/Espanha», salientou que o factor crítico na dinâmica de convergência de Portugal se centra no insuficiente crescimento da produtividade relativa da economia portuguesa.

Acrescentou que enquanto o PIB por habitante cresceu de cerca de 50 por cento da média da União Europeia (UE) na data de adesão à CEE para 78 por cento actualmente, no mesmo período a produtividade passou de 40 por cento da média comunitária para pouco mais de 44 por cento.

Em declarações aos jornalistas Pina Moura afirmou que o problema da produtividade não se pode identificar com a questão salarial, que é apenas uma das componentes, mas tem uma natureza multiforme.

**JUSTIÇA**

O ministro da Justiça, António Costa, inaugurou, no dia 1, as instalações provisórias do Tribunal da Comarca da Amadora, na Damaia, onde foi assinado um protocolo para a construção do futuro Palácio da Justiça, previsto para 2003.



O protocolo, que prevê a construção de um Palácio da Justiça com 17 mil metros quadrados, junto à futura estação de metropolitano da Falagueira, foi assinado entre o Ministério da Agricultura (detentor dos terrenos), o Ministério do Equipamento Social, o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal da Amadora.

Além do novo tribunal, o protocolo visa também conceder terrenos para a construção do novo edifício dos Paços do Município, que irá beneficiar ainda do acesso à estação da Falagueira.

Até estar concluído o Palácio da Justiça, o Tribunal da Comarca da Amadora vai assim funcionar, somente com três juízes cíveis, num antigo mas remodelado barracão da Segurança Social, cujas instalações revertem para a autarquia assim que o novo tribunal estiver pronto.

**JUVENTUDE**

«A Bienal de Jovens Criadores da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa é uma contribuição efectiva para a construção da CPLP como real comunidade de povos», afirmou, na sexta-feira, dia 2, no Porto, o secretário de estado da Juventude e Desportos.



Miguel Fontes declarou ainda que a iniciativa criará condições para um grande diálogo cultural entre os jovens.

O membro do Governo falava numa conferência de Imprensa de apresentação da segunda edição da Bienal, que se realizará no Mercado Ferreira Borges entre 9 de Fevereiro e 3 de Março próximo.

Para o secretário de Estado, a iniciativa valoriza por um lado o papel dos jovens artistas na sociedade portuguesa e, por outro, contribui para a construção da CPLP como efectiva comunidade de povos.

A Bienal, uma iniciativa intergovernamental criada em 1998 pela Conferência de Ministros da Juventude da CPLP reúne este ano trabalhos nas áreas do espectáculo, artes visuais e artes aplicadas de cerca de 150 criadores das novas gerações.

«Não há melhor enquadramento do que o actual para que a Bienal se realize no Porto, por ser cidade Capital Europeia da Cultura durante 2001», salientou Miguel Fontes.

**PRESIDÊNCIA**

O Governo quer «incentivar as candidaturas de mulheres» aos órgãos autárquicos, através da introdução de quotas, já nas eleições de Dezembro, revelou, no dia 2, em Oeiras, o ministro da Presidência.



«Queremos fazer uma grande campanha para que as pessoas percebam que a

participação das mulheres e dos homens, em plena paridade, no poder político, é um factor de enriquecimento da vida democrática», disse Guilherme de Oliveira, após a participação num seminário sobre a igualdade e qualidade de vida na Área Metropolitana de Lisboa.

Para levar a igualdade até às autarquias, Oliveira Martins prometeu lançar iniciativas para incentivar à participação das mulheres como candidatas.

«O PS tem já orientações concretas nesse domínio, que esperamos que sejam seguidas por outros partidos, no sentido de as listas terem uma participação obrigatória de mulheres, numa lógica de quotas», sublinhou.

O ministro salientou que a política de quotas adoptada pelo PS nas legislativas «continuará nas eleições autárquicas».

Esta medida, muito adoptada em países nórdicos na Europa, tem tido resultados positivos, segundo Oliveira Martins.

**SEGURANÇA SOCIAL**

«Os resultados das acções de verificação de incapacidades e da actividade da fiscalização no ano 2000 na região Norte permitiram poupar mais de cinco milhões de contos (25 milhões de euros)», anunciou, no dia 2, no Porto, o secretário de Estado da Segurança Social.



O Norte foi a região onde o combate à fraude e evasão contributiva se revelou «mais eficaz», afirmou Vieira da Silva, que referiu o facto de se tratar de uma zona «muito densa» em empresas de pequena, média e grandes dimensões.

«Esta região tem um peso muito grande em todas as variantes da segurança social», acrescentou o secretário de Estado, salientando que em 2000 as contribuições para este sector cresceram nove por cento. Em conferência de Imprensa para apresentação dos resultados das acções de verificação de incapacidades temporárias e do balanço da actividade da fiscalização no ano 2000 no Norte, Vieira da Silva classificou o resultado de «bastante positivo», apesar de existir ainda «um importante trabalho a realizar», designadamente no campo da «sensibilização e persuasão».

A prestação que melhores resultados obteve foi o subsídio por doença, que diminuiu em termos de dias e do número de trabalhadores que o solicitaram.



DEPUTADO BARBOSA DE OLIVEIRA **Trabalho**

## REVISÃO DO SISTEMA DE COBRANÇA DE QUOTAS SINDICAIS



O PS entregou um projecto de lei que revê o sistema de cobrança de quotas sindicais, no qual se alargam as possibilidades de o valor das quotizações ser descontado directamente no salário do trabalhador. Pela lei ainda em vigor, as quotas sindicais apenas são descontadas directamente nos salários quando existe um acordo tripartido entre o trabalhador, o respectivo sindicato e a entidade empregadora. Se o projecto dos deputados socialistas Barbosa de Oliveira e Artur Penedos vier a ser aprovado, bastará que o trabalhador comunique à entidade patronal o seu desejo de a quota sindical ser descontada directamente no seu salário para que o empregador fique obrigado a sujeitar-se a esta forma de cobrança. Outra novidade do diploma da bancada do PS reside na aplicação de «contra-ordenações graves» aos casos em que se verifica «a retenção e não entrega ao

sindicato da quotização sindical cobrada pela entidade empregadora».

### Criminalização da prática de retenção

Barbosa de Oliveira admitiu que, por acordo com o PCP, Bloco de Esquerda e, eventualmente, o PSD, em sede de especialidade, a lei venha a prever a criminalização destas práticas de retenção das quotas sindicais.

Além de prever a entrada em vigor deste diploma até ao final da presente sessão legislativa, o deputado do PS referiu que a nova lei irá também salvaguardar os casos em que o trabalhador é portador de deficiência que o impossibilite de escrever, ou que, pura e simplesmente não saiba escrever.

Nestas circunstâncias, a declaração de autorização para que se proceda ao desconto no ordenado da quota sindical do trabalhador poderá ser assinada, «a rogo, por outra pessoa», desde que o documento a emitir contenha a identificação dos dois.

ELEIÇÃO

Turismo

## JAMILA MADEIRA PRESIDE A SUBCOMISSÃO

A deputada socialista Jamila Madeira foi eleita, no dia 6, presidente da Subcomissão de Turismo da Assembleia da República. Este organismo funciona no âmbito da Comissão de Economia do Parlamento. Um dos objectivos principais da subcomissão é a luta pelo turismo de qualidade, tendo em conta a importância e o peso da actividade turística na

economia do País, para o que a parlamentar da JS recentemente eleita se propõe levar a cabo uma «perfeita articulação entre os diversos agentes do sector, sejam públicos ou privados». Destaque-se que Jamila Madeira pertence ao círculo eleitoral de Faro, o que empresta a esta eleição um maior significado, dado o relevo que o Algarve assume no panorama do turismo nacional.

ÍNDIA E PAQUISTÃO

Terramoto

## VOTOS DE PESAR

A Assembleia da República aprovou por unanimidade, no passado dia 1, cinco votos de pesar relacionados com o terramoto na Índia e no Paquistão, com a morte em serviço de um agente da PJ e com o falecimento do poeta Egito Gonçalves. O PS e o CDS-PP apresentaram dois votos de pesar pelo terramoto que devastou a Índia e o Paquistão, causando um número de vítimas que se estimam em cerca de cem mil.

Os mesmo partidos propuseram, em separado, que a Assembleia manifestasse o seu pesar pela morte do agente da PJ João Melo, ocorrida em serviço, e a sua solidariedade, respeito e admiração a todos que arriscam a vida pela segurança. O Parlamento aprovou igualmente um voto de pesar pela morte do poeta Egito Gonçalves, proposto pelo PCP, prestando homenagem à sua figura e ao contributo dado à literatura portuguesa.

DEPUTADO RICARDO CASTANHEIRA **Intempéries**

## PREPARAR O DIA DE AMANHÃ



O deputado socialista Ricardo Castanheira endereçou, recentemente, em nome do Grupo Parlamentar do PS, palavras de solidariedade e de esperança às vítimas da intempérie que se fez sentir um pouco por todo o País.

«A extensa e desoladora destruição que assolou Portugal merece igual tratamento nos seus efeitos, independentemente de se verificar nos distritos de Aveiro, Vila Real, Viseu, Porto, Santarém ou de Coimbra», defendeu o parlamentar do PS.

Depois de uma breve referência ao cenário trágico a que assistiu em terras do Mondego, Ricardo Castanheira afirmou que os recentes dias de tempestade foram «momentos de crise e não de crítica, de acção e não de subversão, de salvaguarda de vidas humanas».

Agora, em tempo de balanço, o deputado socialista convidou o Parlamento a «observar atentamente o que se passou para gerar todas as condições científicas, instituir os meios técnicos e definir as dotações orçamentais necessárias à prevenção futura de tais situações».

Perante o que classificou como «prejuízos extraordinários no território nacional», Ricardo Castanheira acredita ser

«fundamental e justificada a consideração pelo Estado, Governo, Assembleia da República e autarquias de medidas igualmente excepcionais».

Criar uma Comissão Interministerial que coordene o processo de reconstrução, conceder às autarquias mais flageladas um regime de excepção para as obras e possibilitar a celebração de contratos-programa com a administração central, sempre que os a dimensão dos custos e a necessidade das mediadas ultrapasse a capacidade financeira das câmaras, foram as medidas avançadas pelo deputado do GP/PS.

«O sofrimento e o sentimento de perda total que, hoje, estão instalados em muitos portugueses impõem que lhes seja destinada uma conta de emergência com as verbas necessárias para fazer imediatamente face às exigências mínimas de sobrevivência», propôs Ricardo Castanheira.

Num cenário de prevenção de situações futuras, o parlamentar socialista declarou: «Há no nosso país uma ausência clara de segurança e prevenção que a todos diz respeito e cujo responsável não é possível identificar».

«Atentemos nestes fenómenos para mudar e encontre a Assembleia da República, desde logo, a unidade política para preparar o futuro», exortou. **MARY RODRIGUES**

Urânio

## PS inviabiliza comissão de inquérito do PP e pede serenidade institucional

O PS inviabilizou no dia 1 de Fevereiro a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar proposta pelo CDS-PP sobre a eventual contaminação com urânio empobrecido de soldados portugueses que prestaram serviço no Kosovo.

Na sua intervenção, o presidente do CDS-PP no tom demagógico-populista, que é a sua imagem de marca, criticou tudo e todos, desde o Governo e Presidente da República, aos restantes partidos da oposição, tendo qualificado o PSD como «partido do pânico». Na resposta, o ministro da Presidência, Guilherme Oliveira Martins, pegou precisamente nas palavras de Paulo Portas sobre a necessidade de serenidade institucional na questão do urânio empobrecido para recusar a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar.

«Serenidade institucional significa que o Parlamento, nas suas comissões, deve acompanhar a evolução do assunto e o Governo está plenamente disponível para prestar todas as informações que obtiver», assegurou o ministro da Presidência.



DEPUTADO PAULO PISCO

Salas de injeção assistida

## TRATAMENTO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DEVEM SER O HORIZONTE FINAL



«Pretender criar isoladamente salas de injeção segura sem deixar claro que o tratamento e a reintegração social são o horizonte final de todas as políticas de redução de danos e riscos pode levar a incompreensões, a aproveitamentos políticos capazes de prejudicar o processo, dificultando assim a adopção de políticas inovadoras e pragmáticas», afirmou no dia 31 de Janeiro, na Assembleia da República, o camarada Paulo Pisco. O deputado do Grupo Parlamentar do PS, que falava durante a discussão do projecto-lei do Bloco de Esquerda sobre a redução de danos e riscos na toxicod dependência - criação de salas de injeção assistida -, sublinhou que o diploma dos bloquistas é «claramente insuficiente», uma vez que é apresentado «de forma isolada e desenquadrada», não contendo, por exemplo, nenhuma política global de redução de danos e riscos, nem nenhuma estratégia de prevenção, apoio

e tratamento ou coordenação das actividades e funções dos diversos intervenientes.

### Agir sem preconceitos

Para o deputado do PS, «é preciso agir, sem preconceitos, nem paternalismos, com sentido de responsabilidade, para evitar mais mortes, mais contaminações, mais degradação humana e social».

«Mas é preciso também - acrescentou - fazê-lo com humanismo e tolerância, numa abordagem que compreenda a dimensão múltipla deste drama.»

«Não queremos que a criação de salas de injeção segura fique associada a uma facilitação ou banalização do consumo, ou a uma pré-liberalização das drogas, como gostam de argumentar muitos partidos da direita, tanto em Portugal como noutros países. Trata-se, antes, de uma necessidade imperiosa de apresentar soluções inovadoras, sem perder de vista que o problema da droga é mundial», disse.

DEPUTADA ROSA MARIA ALBERNAZ

Despedimentos

## CONTRA A INTRANSIGÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DA CLARKS

A deputada socialista Rosa Maria Albernaz acusou no dia 1 de Fevereiro a administração da multinacional de calçado C&J Clarks de estar irredutível na intenção de despedir 368 dos 433 operários da fábrica em Arouca.

Deputados do PS colocaram-se à disposição da administração para tentar encontrar uma solução, mas não houve abertura nenhuma, explicou a deputada do PS.

«Os responsáveis pela empresa disseram-nos que seriam necessários subsídios contínuos, ou então que o Estado garantisse uma carteira de encomendas, todos os meses, para não levar avante o anunciado despedimento», revelou Rosa Maria Albernaz, para quem tal situação «não faz qualquer sentido».

Os deputados do PS obtiveram, no entanto, da administração da empresa, a garantia de que vão agir legalmente, para que os trabalhadores possam usufruir do subsídio de desemprego, e já começaram a contactar algumas fábricas da zona para admitir alguns trabalhadores.

«Estamos muito preocupados porque Arouca é um concelho do interior onde há muitas dificuldades para encontrar postos de trabalho», lembrou Rosa Maria Albernaz,



acrescentando que os deputados do PS estão a aguardar a decisão dos trabalhadores, para começar a pensar numa alternativa para aquele concelho. Uma outra questão que preocupa os deputados do PS é a possibilidade de também haver despedimentos na fábrica que a multinacional de origem britânica detém em Castelo de Paiva e onde laboram 852 trabalhadores.

A administração da empresa, segundo a deputada do PS, sossegou os parlamentares, assegurando que não tinha em mente mandar para o desemprego esses trabalhadores.

DEPUTADO ANTÓNIO BRAGA

Violência nas escolas

## A MEDIDA DA PREOCUPAÇÃO JUSTA



«A segurança das escolas em Portugal não é justificatória de qualquer dramatização alarmista.» Esta foi a ideia defendida pelo deputado socialista António Braga, durante a sessão plenária da Assembleia da República, de 24 de Janeiro último, em que se debateu o projecto de lei laranja sobre violência no meio escolar.

Referindo-se às conclusões resultantes de um inquérito realizado sobre o Programa Escola Segura no ano lectivo de 1998/1999, o parlamentar do PS sustentou que os surtos de violência em algumas instituições de ensino não devem permitir nem aconselhar alarmismos, um vez que «a larga maioria das nossas crianças e adolescentes são poupadas a actos de delinquência propriamente dita e afirma sentir-se segura nas suas escolas».

«De um modo geral, a acção das forças de segurança é olhada de forma positiva», declarou António Braga, acrescentando que «o Programa Escola Segura, a actividade do Gabinete de Segurança do Ministério da Educação, a prática habitual de professores e auxiliares de acção educativa, são compreendidos e bem recebidos».

Num apelo ao respeito pela «medida da preocupação justa», o deputado socialista

sublinhou «o esforço assinalável que o Governo vem prosseguindo no desenvolvimento de medidas integradas e integradoras, em torno do Programa Escola Segura».

«A intervenção deve, pois, manter o rumo da conjugação entre os diferentes intervenientes no processo educativo, por forma a alargar uma cultura de segurança», sustentou, recordando que esta atitude «é tão ou mais importante do que a alocação de meios materiais para a promoção da segurança».

Neste sentido, António Braga defendeu o reforço da autoridade do professor enquanto elemento central da estabilidade da escola e frisou que os socialistas reiteram a necessidade do programa Escola Segura.

Quanto ao projecto de resolução apresentado pelo PSD, o parlamentar do GP/PS destacou o encontro das ideias nele expressão com as políticas seguidas pelo Executivo socialista.

«Por nós apenas podemos dizer que, apesar de tudo, chegando tarde, estão a tempo de ser bem-vindos», afirmou António Braga, acrescentando que por tal motivo a bancada socialista viabilizaria o projecto e contribuiria «com alguns enriquecimentos». É que: «na política também se demonstra a coragem ao concordar», concluiu.

MARY RODRIGUES

GP/PS

Cheias

## SOCIALISTAS SOLIDÁRIOS

A Assembleia da República manifestou recentemente «pesar e solidariedade com os familiares das vítimas e todos os que sofreram prejuízos de qualquer tipo» com as cheias que recentemente assolaram o País.

Considerando a extrema gravidade das intempéries que afectaram as Beiras, Trás-os-Montes, Douro e Centro de Portugal o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de voto em que

se evidencia ainda a confiança dos deputados no Governo e na certeza de que este «tomará todas as medidas adequadas para minorar os danos e prevenir catástrofes futuras».

O documento apresentado à mesa da Assembleia foi subscrito pelos parlamentares socialistas Ricardo Castanheira, José Barros Moura, Manuel dos Santos, António Martinho, Osvaldo de Castro e Maria de Belém.



PARLAMENTO EUROPEU *Mau tempo*

## EURODEPUTADOS SOCIALISTAS SOLICITAM APOIO A BRUXELAS

**O**s eurodeputados socialistas apresentaram em Bruxelas uma proposta de resolução destinada a conseguir apoio comunitário para as vítimas do mau tempo em Portugal, que já causou seis mortes, dezenas de feridos e centenas de desalojados.

O documento foi apresentado pelos camaradas António José Seguro, António Campos, Luís Marinho e Carlos Lage.

Os deputados do PS no Parlamento Europeu querem que a Comissão Europeia disponibilize os «apoios necessários» para fazer face aos prejuízos causados pelas cheias, temporais e derrocadas que se registaram em Portugal, com particular gravidade na última semana de Janeiro.

A resolução apela também para uma atitude solidária para com as populações mais afectadas das bacias dos rios Tejo, Mondego e Douro, que sofreram danos morais e materiais.

No documento, é salientada a «incansável resposta» dada pela Protecção Civil, autarquias, bombeiros e outros serviços públicos no apoio às vítimas.

A proposta de resolução refere também os prejuízos sofridos pela Protecção Civil, pelos sectores do comércio e serviços e por todas as actividades da economia



nacional de uma forma geral.

Entretanto, e ainda no que respeita aos temporais e cheias que assolaram o nosso país em Janeiro, o camarada Paulo Casaca questionou a Comissão Europeia sobre uma ajuda de emergência a Portugal para fazer face aos danos causados pela intempérie.

«Tenciono a Comissão Europeia propor ao Conselho uma ajuda de emergência a

Portugal para fazer face às graves consequências dos temporais e cheias de Janeiro?», perguntou o eurodeputado socialista.

Para o camarada Paulo Casaca, a prática anteriormente seguida pela União Europeia em relação a determinadas cláusulas do Tratado de Amsterdão, que foram postas em vigor mesmo antes da sua ratificação,

bem como a gravidade dos prejuízos causados em vastas zonas do Centro e do Norte do território continental português na sequência das inundações registadas, constituem motivos suficientes para a concessão imediata das necessárias ajudas financeiras ao nosso país.

### Marinho quer maior celeridade dos tribunais da UE

O vice-presidente do PE, camarada Luís Marinho, apresentou na recente reunião da Comissão dos Assuntos Jurídicos do PE, o relatório da sua autoria sobre a adopção de um regulamento comunitário que promove a cooperação entre os tribunais dos Estados-membros e facilita a obtenção de provas nos domínios civil e comercial. Com as medidas contidas neste documento, o eurodeputado socialista visa criar mecanismos que facilitem a celeridade dos tribunais na UE.

O novo regulamento concede a um tribunal de um país da União a facultade de requerer directamente ao tribunal de um outro Estado-membro as diligências de obtenção de provas indispensáveis ao andamento da acção, melhorando, assim, o funcionamento e a celeridade dos tribunais.

J. C. C. B.

CHILE

Luís Sepúlveda afirma

## DEPOIS DE PINOCHET NENHUM VIOLADOR DOS DIREITOS HUMANOS FICARÁ IMPUNE

**L**uís Sepúlveda, um dos escritores chilenos mais lidos na Europa, defende que, depois do processo instaurado a Pinochet pelo caso da «Caravana da Morte», nenhum violador dos Direitos Humanos estará seguro em nenhum lugar da terra.

«Há uns anos atrás, isto poderia ter sido ficção científica, mas sempre acreditei que mais cedo ou mais tarde ia acontecer», afirma o autor de títulos como «O velho que lia histórias de amor» ou «História da gaivota e do gato que a ensinou a voar». Em declarações à edição do dia 3 do jornal «La Nación», Sepúlveda sustenta que, depois do que aconteceu ao ex-ditador chileno, é necessário criar um tribunal internacional mais forte que o da Haia.

«No Chile, é fundamental que todos os que violaram os direitos humanos sejam levados à justiça, porque é a única maneira de este país superar esta terrível ferida, apesar de a ferida já não ser tanto pela



brutalidade, mas mais pela impunidade», sublinha o escritor.

### Pinochet líder da «Caravana da Morte»

O juiz Juan Guzmán Tapia processou Augusto Pinochet por 57 homicídios e 18

sequestros cometidos pela «Caravana da Morte», que constitui a principal frente da investigação que se iniciou a partir das 231 queixas apresentadas no Chile contra o ex-ditador chileno.

Desde quarta-feira da semana passada que o general chileno, de 85 anos, está sob prisão domiciliária e custódia militar na sua residência de Verão em Los Boldos, 130 quilómetros a oeste da capital.

Luis Sepúlveda, que regressou ao Chile a 23 de Janeiro, no mesmo dia em que o juiz Guzmán Tapia interrogou Pinochet, refere que teve sentimentos contraditórios quando soube da notícia.

«Acredito profundamente na justiça, por isso há que ir para a rua, para que Pinochet tenha um julgamento justo, é certo, mas para que tenha um julgamento», acrescenta.

O escritor, que reside na Europa, explica que para que uma sociedade regresse aos seus hábitos são de convivência, é necessário que tenha a certeza e a

segurança de que, por muito poderosos que sejam certos sectores, ninguém está impune.

«Ninguém pode torturar e matar sem que por tal tenha que responder perante a justiça», salienta Sepúlveda. Segundo o relatório oficial da Comissão Rettig, entre 1973 e 1990, registaram-se no Chile 3197 vítimas, das quais 1185 correspondem a prisioneiros desaparecidos.

O escritor classifica como inédito na história universal do mundo militar o facto de Augusto Pinochet ter transferido a responsabilidade das violações dos direitos humanos durante o seu regime militar (1973-1990) para os seus subordinados.

«Os generais romanos suicidavam-se, os generais alemães suicidavam-se. Com isto não pretendo apelar ao suicídio de Pinochet, mas apenas a que assuma alguma honra militar, se quer contribuir de alguma forma para salvar essa mesma honra», sustenta Luis Sepúlveda.

## NÍVEL EDUCACIONAL MELHOROU

O nível educacional da população portuguesa melhorou no decorrer da década de 90, tendo-se registado um aumento do número de pessoas entre os 15 e os 64 anos que completaram pelo menos a escolaridade obrigatória.

Esta é uma das conclusões de um estudo publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre índices sociais de 1999.

Segundo o documento, 26 por cento da população portuguesa tinha completado a escolaridade obrigatória em 1990 passando esse valor para 37 por cento em 1999.

Estes valores incluem as pessoas que já tinham completado o ensino secundário ou o superior.

Os números indicados pelo INE estão ligeiramente acima do dados da OCDE sobre a situação portuguesa em 1997.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico indicava que em 1997, mais de 70 por cento da população adulta portuguesa não tinha o 9º ano de escolaridade, considerado o mínimo indispensável, numa altura em que em muitos países este mínimo é o 12º ano. O estudo do INE faz depois uma repartição da população dos 15 aos 64 anos por nível de ensino que dá a panorâmica real dos



níveis de escolarização em Portugal, um país onde a educação representava, em 1999, 6,8 por cento do Produto Interno Bruto.

No período a que se reporta o trabalho do INE, 33,2 por cento da população

portuguesa tinha o primeiro ciclo do ensino básico, 20,2 por cento o segundo ciclo, 16,8 por cento o terceiro ciclo, 12,8 por cento o secundário e 7,1 o superior.

Uma análise efectuada à frequência escolar dos dois sexos colocam as mulheres no

topo da tabela no que concerne aos ensinos secundário e superior.

Em 1999, 13,3 por cento das mulheres portuguesas atingiram o ensino secundário e 8,2 por cento o ensino superior.

Nestes dois níveis de ensino, o estudo indica que 12,3 por cento dos homens completaram o ensino secundário e 6 por cento o superior.

O INE destaca até na nota introdutória que faz ao estudo sobre os índices sociais que em 1999 para cada 100 homens a frequentar o ensino superior existiam 127 mulheres.

Na verdade, a estimativa indica que desde 1995 que as mulheres são em maior número no ensino superior, representando 57,2 por cento da população académica. Em 1999, 55,9 por cento dos estudantes universitários eram do sexo feminino e 44,1 do sexo masculino.

A contrariar esta liderança feminina estão os dados relativos ao ensino básico. Em 1999, 74,4 por cento dos homens e 60 por cento das mulheres atingiram o ensino básico.

No que respeita a recursos humanos, o estudo indica que existiam em 1999 13.982 educadores de infância, 35.325 professores do primeiro ciclo do ensino básico e 117.344 do segundo e terceiro ciclos e secundário.

## JOVENS TRABALHADORES VÃO TER FORMAÇÃO OBRIGATÓRIA

Os jovens trabalhadores entre 16 e 18 anos vão ter formação obrigatória, ocupando um mínimo de 40 por cento do seu horário de trabalho, segundo um acordo de princípio aprovado pelos parceiros sociais.

O acordo de princípio sobre «emprego, mercado de trabalho, educação e formação» foi aprovado, no dia 1 de Fevereiro, em sede de Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), depois de dez meses de negociações nos grupos de trabalho.

Os parceiros sociais decidiram, também, que os trabalhadores portugueses vão ter direito a um mínimo de 20 horas anuais de formação, a partir de 2003. A carga horária de formação aumentará para as 35 horas anuais, a partir de 2006.

O documento aprovado pelos parceiros também prevê orientações de princípio para os currículos de formação, assim como para a passagem das pessoas da escola para a vida activa.

Para superintender as questões



relacionadas com formação e passagem para a vida activa, será criado um Conselho Nacional da Formação.

O objectivo de melhorar a qualificação média dos trabalhadores está também presente na intenção de elevar a escolaridade mínima obrigatória e de aumentar para 80 por cento a quota das escolas com ligação à Internet, este último objectivo até ao final do ano.

O acordo terá agora de ser ratificado por cada um dos parceiros sociais.

A CPCS é uma comissão do Conselho Económico e Social (CES) tripartida e paritária. Integra o governo, associações sindicais e associações patronais.

O Governo participa com seis representantes, a União Geral de Trabalhadores (UGT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) participam com três representantes cada, e a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), a CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) participam com dois representantes cada.



SEGURANÇA SOCIAL

Ferro Rodrigues anunciou

## RECEITAS DE 2000 ATINGIRAM 1863 MILHÕES DE CONTOS

O Orçamento da Segurança Social arrecadou em 2000 cerca de 1863 milhões de contos, mais 46,4 milhões de contos do que as estimativas do Governo, anunciou o ministro do Trabalho e da Segurança Social. Além da receita acrescida, Ferro Rodrigues realçou também que a execução orçamental das verbas da Segurança Social permitiram um saldo global positivo superior a 130 milhões de contos o que «possibilitará um reforço significativo das reservas financeiras geridas pela Segurança Social em regime de capitalização».

Ao anunciar os resultados provisórios da execução orçamental da Segurança Social, o ministro sustentou ainda «estarem assim criadas as condições para que no final de 2001, o volume de activos financeiros do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social atinja o objectivo fixado de 750 milhões de contos».



Os resultados obtidos derivam, segundo o governante, do «rigor» aplicado à gestão dos dinheiros da Segurança Social e do aumento da fiscalização e combate à evasão e fraude contributivas e prestacionais «lançado no início de 2000 e que proporcionou o reforço do rigor na atribuição das prestações e na cobrança das contribuições», afirmou.

Os «bons resultados ao nível das contribuições arrecadadas» foi, segundo o ministro, «combinado» com o continuado reforço do papel do Orçamento de Estado no financiamento da componente não contributiva da Segurança Social acrescida ainda do resultado positivo de 20 milhões de contos derivada da gestão da carteira de activos que corresponde a um aumento de 23,5 por cento comparativamente a 1999. Apesar de não terem sido aumentadas as taxas de contributivas, Ferro Rodrigues congratulou-se pelo crescimento global das contribuições na «ordem dos nove por

cento», uma percentagem 2,8 pontos percentuais superior ao previsto.

Para 2001, o Governo aposta na «continuação do esforço de rigor e controlo na Segurança Social», uma tarefa considerada «facilitada com a reforma do sistema em que a criação do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, o reforço de competência do Instituto de Gestão do Fundo da Segurança Social e a dignificação das carreiras inspectivas constituem garantias acrescidas», sustentou.

«As prioridades em 2001 concentrar-se-ão no combate à evasão contributiva e à fraude no subsídio de desemprego», disse Ferro Rodrigues, ao salientar que no campo da «evasão contributiva privilegiar-se-á a actuação concertada entre sistemas inspectivos no combate ao trabalho clandestino, legal e dissimulado, bem como à subdelegação de contribuições através de remunerações omitidas ou acessórias».

SAÚDE

«Doença dos pezinhos»

## MEDICAMENTOS GRATUITOS EM TODO O PAÍS

Os portadores de paramiloidose, vulgarmente conhecida por «doença dos pezinhos», vão ter medicamentos gratuitos em todo o País, no seguimento de um despacho do secretário de Estado da Saúde.

De acordo com o documento, os medicamentos serão comparticipados a 100 por cento pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) sempre que os doentes apresentem, em qualquer unidade de saúde do serviço público, uma declaração emitida pelo Centro de Estudos de Paramiloidose (CEP), «devendo o médico prescriptor confirmar por escrito, na receita, que se trata de um doente abrangido por este despacho».

Até à data, a gratuitidade dos medicamentos dependia de serem prescritos pelos serviços de saúde habilitados para o tratamento da doença, o que abrangia apenas o CEP e 12 centros de saúde situados na zona norte do País, de maior incidência da paramiloidose.

De acordo com a responsável pela consulta de paramiloidose do CEP, Teresa Coelho, era um regime que «funcionava muito mal», já que os doentes, antes de poderem adquirir os medicamentos, se viam obrigados a, depois de obterem uma receita em qualquer unidade do SNS, enviá-la para uma das instituições habilitadas para que estas pudessem confirmar a sua situação. Os medicamentos abrangidos pelo



despacho da tutela, datado de 31 de Janeiro, são inúmeros e destinam-se a controlar a «desregulação dos órgãos internos» provocada pela paramiloidose, o que leva a que muitos destes doentes sofram de problemas cardíacos e de estômago.

Surgindo a partir de um erro genético hereditário, a paramiloidose, ou polineuropatia amiloidótica familiar, revela-se a partir dos 20 anos, provocando perdas de sensibilidade e a atrofia dos braços e pernas do doente.

O transplante hepático é actualmente o único tratamento capaz de travar a progressão da doença.

O seu foco de incidência situa-se sobretudo a norte do rio Tejo, nomeadamente nos arredores do Porto, Beira Baixa, Beira Litoral e Estremadura.

IDOSOS

Qualidades nos lares

## ARRANCA ACÇÃO DE FORMAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO

O programa de formação com vista à certificação da qualidade dos lares de idosos começou, no dia 6, em Lisboa, com o lançamento da primeira de 18 acções que se irão prolongar nos próximos seis meses.

O programa iniciado terça-feira tem como objectivo contribuir para que o idoso se torne o centro das atenções dos lares.

Segundo o gabinete do secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, «o que se pretende com a formação dos agentes envolvidos na gestão dos lares é contribuir para que os idosos que estão alojados em lares possam obter desse tipo de equipamentos as respostas às suas necessidades e que não estejam naqueles espaços apenas para passar o tempo».

Fonte do ministério tutelado por Ferro Rodrigues explicou à Imprensa que as acções de formação para a certificação da qualidade estão «direccionadas para a qualidade do serviço prestado ao idoso, para o envolvimento da sua família e da sociedade».

A fonte contactada pela Comunicação Social especificou que nesta primeira fase do programa vão estar envolvidos responsáveis de 25 instituições – cinco por cada região do País – públicas, privadas e solidárias.

A cerimónia de abertura foi presidida pelos secretários de Estado adjunto do ministro

do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, adjunto do ministro da Economia, Vítor Silva Santos, e da Defesa do Consumidor, Acácio Barreiros.

O programa formação sobre implementação do Sistema de Gestão de Qualidade destina-se a técnicos especializados dos lares, que serão os gestores dos processos conducentes à certificação dos respectivos lares de idosos, e aos técnicos dos serviços de segurança social, que terão responsabilidade no acompanhamento deste processo que terá como consequência final a certificação da qualidade dos espaços.

Recorde-se que há cerca de um ano, o ministro do Trabalho e da Solidariedade anunciou um «selo de qualidade» para os lares, 7,5 milhões de contos até 2003 para melhorar a qualidade do apoio social a idosos e o apoio domiciliário a mais utentes.

As promessas surgiram durante a apresentação do Plano Avô, a 7 de Fevereiro de 2000, destinado a «elevar a qualidade de vida dos idosos portugueses».

As principais vertentes do Plano Avô são avaliar a qualidade dos serviços de apoio a idosos, verificar a qualidade dos serviços e certificá-los e organizar diversos departamentos do Estado para elevar a qualidade dos serviços.



#### Almodôvar

##### I Clássica de Almodôvar em Ciclismo

Realizou-se no passado dia 4 a I Clássica de Almodôvar em Ciclismo, prova que contou com o apoio da Câmara local.



A prova, em que participaram nove equipas do ciclismo nacional, foi ganha por Ruben Oarbeaskoa, da GD LA Pecol. Em equipas a vencedora foi a formação alentejana Porta da Ravessa, que integra o vencedor da última edição da Volta a Portugal, Vítor Gamito.

#### Cascais

##### Demolição do último pré-fabricado do Bairro da Torre

O primeiro-ministro, António Guterres, assistiu sábado à demolição dos últimos pré-fabricados e ao lançamento da primeira pedra do Centro Multi-Serviços do Bairro da Torre, na Cruz da Guia, em Cascais.

Esta cerimónia surge na sequência do comprometimento pessoal do chefe do Governo com a população desta zona, em que foi garantido o empenhamento do Executivo e da autarquia na requalificação do bairro.

O Programa de Recuperação Urbana (PRU) deste bairro iniciou-se em 1997.

Passados quatro anos, foram realizadas obras de infra-estruturas de iluminação

pública, drenagem pluvial e arranjo dos espaços exteriores, colocação de novo mobiliário urbano, atribuição de toponímica, construção de um parque infantil, ampliação do centro de dia, construção de uma creche e de uma lavandaria comunitária.



Grande parte das acções desenvolvidas no bairro têm sido dinamizadas por parceiros locais, que têm contribuído para os objectivos do programa.

Também a intervenção de diversas entidades vieram criar complementaridades ao projecto e contribuir para a inclusão social e urbana.

O custo total do projecto foi calculado em mais de 807 mil contos, dos quais 446 mil foram disponibilizados a fundo perdido por Fundos do Mecanismo do Espaço Económico Europeu, 227 mil contos através de empréstimo bonificado e 144 mil suportados pela Câmara de Cascais.

##### Centro de Multiserviços

Nesta ocasião proceder-se-á ainda ao início da construção do Centro de Multiserviços no terreno da Cruz da Guia, até à data ocupado por pré-fabricados e cujas famílias foram realojadas pelo Programa Especial de Realojamento (PER).

Nos terrenos envolventes serão executados os arranjos exteriores de enquadramento.

Na cerimónia marcaram ainda presença o presidente da Associação de Moradores do Bairro da Torre/Cruz da Guia, Fernando Vilela, e o presidente da Câmara Municipal de Cascais, José Luís Judas.

#### Fafe

##### Ações na área da promoção turística

A Câmara Municipal de Fafe deliberou aprovar o protocolo de colaboração a celebrar com a Empresa Municipal de Turismo para o no em curso, visando a dinamização da promoção turística do concelho.



As actividades a desenvolver têm como temática o turismo gastronómico, o turismo desportivo e o turismo etnográfico, assim como a realização de acções de formação e requalificação da oferta turística da localidade.

#### Lisboa

##### Fado, blues e jazz no Festival das Músicas e dos Portos

O fado e o jazz e os blues de Nova Orleães, «a cidade portuária mais musical de todo o mundo», dão o mote para o Festival das Músicas e dos Portos que arrancou no passado dia 2 em Lisboa.



Os cabeças de cartaz desta segunda edição do Festival das Músicas e dos Portos são a fadista Mísia e os músicos norte-americanos irmãos Marsalis, mas até 10 de Fevereiro a animação vai ser constante.

Assim, no dia 2 à noite foi prestada uma homenagem à poesia popular de Linhares de Barbosa, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém (CCB).

No sábado, também no Grande Auditório do CCB, foi a vez de se apresentarem o Quinteto de Delfeayo Marsalis e «Los Hombres Calientes», de Irving Mayfield e Bill Summers. No dia 5, segunda-feira, foi lançado o disco duplo «Guitarras do Fado», um testemunho do concerto realizado no ano passado por mais de uma dezena de intérpretes, entre os

quais Mário Pacheco e Ricardo Rocha, durante a primeira edição do festival.

Para amanhã, dia 9, está marcado o espectáculo do grupo Chivarri, mais uma vez no Grande Auditório do CCB.

Neste concerto serão percorridos os diferentes estilos da música cajun, género tradicional do estado norte-americano do Louisiana.

O pianista, cantor e entertainer Davell Crawford estará também presente neste concerto. O Festival vai ainda prestar homenagem à mítica cantora de blues Bettie Smith, num espectáculo interpretado por músicos portugueses, sob a direcção do trompetista Lauret Filipe.

O encerramento, a 10 de Fevereiro, estará a cargo da fadista Mísia, num espectáculo especialmente concebido para a ocasião.

O Festival das Músicas e dos Portos pretende ser uma celebração de culturas musicais oriundas de cidades intimamente ligadas a rios, tendo sempre como anfitrião o Fado.

O Festival é organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com a Associação de Turismo da capital.

#### Vila Real de S. António

##### Novos projectos qualificam turismo da Baía de Monte Gordo

A Baía de Monte Gordo irá dispor nos próximos quatro anos de quatro campos de golfe, uma marina e cinco novas unidades hoteleiras de 4 e 5 estrelas, aumentando a oferta do concelho em cerca de 2000 camas, fruto dos novos projectos dinamizados pelos investidores que a Câmara Municipal de Vila Real de S. António tem atraído para o concelho.

##### Investimentos no Complexo Desportivo Municipal

Por outro lado, e paralelamente aos investimentos privados, o município tem em curso um programa de investimentos avaliados em cerca de 2,5 milhões de contos no Complexo Desportivo Municipal.



Integrado no espaço aprazível da Mata das Dunas, o Complexo Desportivo tem vindo a registar um número crescente de estágios de diversas equipas de clubes e selecções de atletismo, futebol e andebol, totalizando mais de 20 mil utilizações no ano passado, o que corresponde a outras tantas dormidas na hotelaria local, dando assim um forte contributo para a qualificação da oferta turística da região.

MORTE

Marcelo Curto

## UMA VIDA COM O CORAÇÃO SEMPRE À ESQUERDA

«Marcelo Curto acreditava – acreditou sempre – em causa generosas, na possibilidade de mudar, para melhor, a vida dos outros, principalmente dos mais carenciados»

Mário Soares

**A esquerda está mais pobre. Os trabalhadores perderam um amigo de sempre. O camarada Marcelo Curto, fundador do PS, faleceu na passada sexta-feira. Defensor intransigente do socialismo - sem cedências a correntes que no seu interior, em nome de uma pseudo-modernidade, o pretendem descaracterizar numa lógica centrada - e dos direitos dos trabalhadores, foi um destacado opositor ao regime fascista e maçom.**

**Marcelo Curto, um exemplo de coerência e fidelidade aos valores e princípios, uma vida com o coração sempre à esquerda.**

O funeral do ministro do Trabalho do I Governo Constitucional português, chefiado pelo camarada Mário Soares, realizou-se no domingo à tarde no cemitério do Alto de S. João, tendo o corpo saído da sede do Grande Oriente Lusitano, em Lisboa, onde esteve em câmara ardente.

Presentes para lhe prestar uma última e sentida homenagem estiveram, entre outros, o ex-presidente da República Mário Soares e a mulher, Maria Barroso, o presidente da Assembleia da República, António Almeida Santos, o deputado socialista Manuel Alegre, os ministros do Trabalho e Solidariedade e do Equipamento Social, Eduardo Ferro Rodrigues e Jorge Coelho, respectivamente, o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva e o capitão de Abril, Vasco Lourenço.

Foram muitas as pessoas que acompanharam o cortejo fúnebre até ao local onde o corpo foi cremado.



Por entre muitas coroas de flores, o ambiente era de consternação geral.

O camarada Francisco Marcelo Curto, 63 anos, advogado, professor universitário de Direito do Trabalho, maçom e vereador da Câmara Municipal de Oeiras, morreu sexta-feira, vítima de doença prolongada, no Hospital de Amadora-Sintra.

Foi um opositor ao regime ditatorial de Salazar e Marcello Caetano e um dos fundadores do Partido Socialista, em 1973, na Alemanha. Participou activamente na luta antifascista, tendo intervindo na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional em 1969, integrado na CDE (Comissão Democrática Eleitoral), e colaborado empenhadamente na preparação e nos trabalhos do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em 1973. Nesse mesmo ano, filiou-se no Partido Socialista, de cujo Secretariado Nacional fez parte, antes e depois do Congresso de Dezembro de 1974, tendo ainda liderado nos anos 80 a tendência «Esquerda Laboral» no interior do PS.

Entre os anos 60 e 70 colaborou com vários sindicatos nacionais, tendo estado na fundação da Intersindical.

Foi deputado entre 1975 e 1987 e ocupou entre 1976 e 1977 o cargo de ministro do Trabalho no I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, tendo participado na aprovação de diplomas como a Lei da Greve, a revogação da norma sobre a unicidade sindical, o despedimento por justa causa, a regulamentação das comissões de trabalhadores e as quotizações sindicais.

### Um lutador em defesa dos trabalhadores

Como afirmou o camarada Mário Soares, morreu «um homem de bem», e um «lutador em defesa dos trabalhadores e dos pobres», que se junta, assim, aos nomes de outros fundadores do Partido Socialista português já falecidos, como António Macedo, primeiro presidente do partido, Manuel Tito de Morais, que lhe sucedeu no cargo, Francisco Ramos da Costa, Francisco Salgado Zenha, José Magalhães Godinho, Joaquim Catanho de Menezes, Teófilo Carvalho dos Santos, José Ribeiro dos Santos, Vasco da Gama Fernandes, Mário Cal Brandão, Lopes Cardoso e Vítor Cunha Rego.

J. C. CASTELO BRANCO

### Reacções

#### António Guterres

«O PS tem uma enorme dívida de gratidão para com Marcelo Curto. Era um companheiro dedicado, de todas as horas, as boas e as más»

#### Mário Soares

«Um lutador em defesa dos trabalhadores e dos pobres. Era um homem bom, muito fiel e fiável, sinceramente de esquerda. Acreditava – acreditou sempre – em causa generosas, na possibilidade de mudar, para melhor, a vida dos outros, principalmente dos mais carenciados»

#### José Luís Judas

«Marcelo Curto ganhou respeito e consideração entre os trabalhadores e sindicalistas»

#### João Prouença

«Marcelo Curto era um grande amigo a quem o movimento sindical muito deve»

#### Carvalho da Silva

«Marcelo Curto foi um atento interveniente nas causas dos trabalhadores, sobretudo antes do 25 de Abril»

#### Kalidás Barreto

«O PS deve-lhe a sua ligação íntima ao operariado. Foi sempre um cidadão extraordinariamente interessado em todo o processo social»

ÉVORA

Concelhia do PS critica Câmara

O PS/Évora está contra a decisão da Câmara local (CDU) de transformar o Rossio de S. Brás numa praça onde prevê a construção da nova biblioteca pública, arquivo distrital e auditório, além de habitação, comércio e serviços.

A decisão foi aprovada com os votos favoráveis dos eleitos da gestão CDU e do vereador independente Carmelo Aires (ex-PSD) e a abstenção de um autarca do PS, o único dos três eleitos do PS presente na reunião, partido para quem o projecto «constitui mais um atentado ao património e à imagem da cidade».

A decisão aprovada prevê a elaboração de um plano de pormenor para o Rossio de S. Brás, que contemple a instalação, na nova praça, da Biblioteca Pública de Évora (BPE), do Arquivo Distrital e de um Auditório Municipal, bem como «habitação, comércio e serviços necessários à vivificação polifuncional da futura praça».

Na última reunião do Executivo camarário, o processo deu mais um passo com a aprovação de uma proposta de bases negociais para a instalação da BPE, arquivo e auditório no Rossio, apresentada pelo presidente, Abílio Fernandes.

A decisão foi aprovada com a abstenção do vereador socialista Manuel Pingarilho, o único

dos três eleitos do PS presente na reunião, mas em comunicado a Concelhia do partido acabou por criticar o projecto.

«A decisão, a ser cumprida, compromete irremediavelmente o histórico Rossio de S. Brás e disponibiliza-o para operações imobiliárias de interesse duvidoso», diz a Concelhia socialista. O PS diz que se absteve na votação por «não terem sido facultados os elementos de informação imprescindíveis a uma decisão tão delicada, como, por exemplo, o anteprojecto do que se pretende construir e o plano financeiro de toda a operação».

Os socialistas, que viram recusado o pedido de adiamento da discussão da matéria, consideram ainda que o projecto «carece de um amplo debate público no qual seja possível ouvir a opinião dos eborenses e das suas organizações».

«É também necessário garantir a conformidade com os instrumentos legais de gestão urbanística em vigor e garantir e acautelar que não se repitam mais atropelos e ilegalidades, da responsabilidade da gestão do PCP, como as recentemente confirmadas no relatório divulgado pela Inspeção-Geral da Administração do Território», lê-se no comunicado do PS/Évora.

## NOVO LÍDER DENUNCIA VIAGEM LUXUOSA DE JARDIM À VOLTA DO MUNDO

O novo presidente do PS-Madeira, camarada José António Cardoso, defendeu no dia 4 a criação da «Madeira do Futuro» em contraponto à «Madeira Nova» do PSD-M, numa «aposta na população que aqui habita».

O camarada José António Cardoso tem condições para levar o PS-M à vitória e acabar com o défice democrático e social e compadrio na Região, sem descaracterizar o partido em nome de uma pseudo-modernidade, mantendo-se fiel aos princípios e valores. Presente no Congresso, o secretário nacional do PS, Fausto Correia, apelou, por seu lado, à unidade e à coesão dos socialistas madeirenses. O camarada José António Cardoso foi eleito presidente do PS-Madeira no âmbito do X Congresso Regional do partido, tendo a sua lista (B) obtido 195 votos a favor, face à do seu oponente, João Carlos Gouveia (lista A), que recolheu 142 votos, apesar de a sua moção, «Um PS para Todos», ter sido rejeitada em congresso.

A viagem escandalosa do presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, às comunidades madeirenses na Austrália, com passagens pelo Dubai, Singapura, Nova Zelândia e Polinésia francesa, foi criticada no congresso quer pelo coordenador-adjunto da Comissão Permanente, Fausto Correia, quer pelo novo líder do PS-M.

Fausto Correia lembrou que, aquando da presidência portuguesa da União Europeia, altura em que o primeiro-ministro, António Guterres, tinha que se deslocar várias vezes ao estrangeiro para defender os interesses de Portugal, a Comunicação Social foi muito «cáustica» contra o primeiro-ministro.

O secretário nacional do PS concluiu: o que não diria a Comunicação Social se António Guterres se ausentasse por 18 dias do País como o fez Alberto João Jardim?

### Vitória de Sampaio na Região é bom prenúncio

O camarada Fausto Correia lembrou aos delegados do congresso que os adversários do PS-M «não estão dentro do partido, mas estão lá fora e são de todos conhecidos», razão pela qual defendeu ser «urgente e necessária a unidade e a coesão no PS-M» e lembrou que os resultados eleitorais de Jorge Sampaio na Madeira «são um bom prenúncio» para o partido. Enumerou o próximo congresso nacional do PS em Março e as eleições autárquicas como dois combates decisivos para o partido e salientou, à nova Direcção do PS-M, que «só há alternância se houver uma



alternativa credível, assente num trabalho colectivo sem mácula».

José António Cardoso referiu que a «Madeira Nova» do PSD não resolveu os problemas sociais que o PS-M quer resolver no âmbito de um projecto denominado «Madeira do Futuro».

«Estou convencido que os nossos conterrâneos procuram exactamente alguém que não faça da política um permanente folclore, da arruaça uma praxis, do compadrio uma forma de promoção social, da corrupção uma forma de vida, da conflitualidade permanente uma exigência», salientou.

«Estou convencido que os madeirenses põem a sua esperança hoje noutros princípios – os princípios da solidariedade nacional, da solidariedade social, do combate à pobreza e à exclusão, do direito à liberdade plena e não apenas e só a liberdade de quem governa, no direito à Saúde, no combate à corrupção latente e patente e noutros direitos e noutros combates que saberemos afirmar» disse. José António Cardoso condenou também Alberto João Jardim por não ter efectuado, no âmbito da visita à Austrália, uma deslocação aos portugueses em dificuldades na sequência das enxurradas de finais de 1999.

O congresso elegeu também a deputada socialista pela ilha do Porto Santo, Luísa Mendonça, presidente da Comissão Regional do partido, que obteve mais três votos que o presidente do partido. Foi ainda eleita a Comissão Regional, a

Comissão de Fiscalização Económica e Financeira (Jaime Manuel Simão Leandro) e a Comissão de Jurisdição (Alfredo Vieira Cravo). O actual líder do Grupo Parlamentar do PS-M na Assembleia Legislativa Regional, Duarte Caldeira, colocou o seu lugar à disposição do novo presidente do partido, o qual, no seu discurso de encerramento do congresso, reiterou a sua confiança a Duarte Caldeira.

José António Cardoso, Luísa Mendonça, Vítor Freitas, André Escórcio e Gil França são os cinco primeiros nomes da Comissão Regional, que irá reunir-se em breve para eleger os vice-presidentes e o secretário-geral do partido.

José António Cardoso é natural de Santa Maria Maior, tem 50 anos, é professor de Sociologia na Universidade da Madeira, é empresário ligado à área do desporto, deputado municipal na Assembleia

Municipal do Funchal, entre outros cargos.

### Jardim «globe-trotter» é escândalo nacional

Depois do défice democrático, dos insultos, da grosseria, Alberto João Jardim volta a surpreender pela negativa. Agora é «globe-trotter» de luxo asiático a expensas do contribuinte: passa 18 dias ausente da Madeira em locais paradisíacos. É faltar... O Grupo Parlamentar do PS/Madeira afirmou no dia 1 que a viagem que Alberto João Jardim efectua à Austrália «configura um escândalo nacional».

Em comunicado distribuído no Funchal, os deputados socialistas madeirenses solicitaram ao presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira que diligencie junto do gabinete da presidência do governo para obter informações sobre a referida deslocação.

Jardim iniciou a 17 de Janeiro uma viagem à Austrália, e acompanhado de uma comitiva que visitou vários países e regiões, designadamente Dubai, Tailândia, Nova Zelândia, Tahiti e Bora Bora, «um autêntico passeio turístico, com laivos de luxo asiático», sustentam os deputados.

Segundo o Grupo Parlamentar do PS/M, nos 18 dias que dura a viagem, o líder do executivo da Madeira tem «apenas encontro cinco dias disponíveis» na sua agenda para estar junto dos conterrâneos residentes na Austrália.

O PS madeirense considerou ainda que o Governo regional «não tem quaisquer competências em matéria de política externa e que muitos dos contactos e reuniões mantidas com governantes dos países e regiões visitadas foram a título particular e informal».

Quantas pessoas integraram a comitiva de Jardim, qual o custo suportado pelo erário público por cada delas, o montante global da viagem, quais as ajudas de custo abonadas, quais os negócios efectuados pelos empresários que o acompanharam, se o parlamento regional foi oficialmente informado da viagem e se algum deputado integrou a comitiva são as questões que o PS quer esclarecer.

### OURÉM

### Comunicado da JS

A JS/Ourém, num comunicado, lembra que em tempo oportuno a sua posição foi categórica quanto à estrada de Alvega, mostrando a sua dúvida e receios quanto à acessibilidade da mesma.

No entanto, uma vez feita, referem os jovens socialistas de Ourém, «é necessário deixar algumas ressalvas, tendo em conta a sua situação actual».

Considerando que recentemente esta estrada esteve vedada ao trânsito devido à queda sucessiva de pedras da encosta situada na curva, consequência directa das chuvas, a JS/Ourém defende ser de «uma importância vital a colocação de redes nessa zona e um estudo sustentado em pressupostos geográficos, para aferir da segurança ou não deste local sinistro, com o intuito óbvio de proteger todos os utentes desta via».





## NA MORTE DE UM AMIGO A MEMÓRIA REACENDE-SE

**M**orreu Francisco Marcelo Curto. Muitos amigos e velhos companheiros de luta prestaram-lhe uma comovida homenagem. Era um homem bom, solidário, muito fiel e fiável, sinceramente de esquerda. Acreditava - acreditou sempre - em causas generosas, na possibilidade de mudar, para melhor, a vida dos outros, principalmente dos mais carenciados e desprotegidos. Tinha convicções: com elas viveu e por elas lutou.

Antes e depois do 25 de Abril, foi um combatente intemerato da liberdade, tendo defendido, em especial, os direitos dos trabalhadores, do sindicalismo livre e a justiça social. Teve sempre um comportamento corajoso, em plena coerência com as ideias e os princípios que defendia. Foi, além disso, um homem honrado. Em certos períodos da vida, sacrificou tudo - profissão, família, lazer - ao seu total empenhamento político e sindical. Sem nada pedir em troca.

Nasceu em 1939 na aldeia de Santa Margarida, Idanha-a-Nova. Formou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Participou activamente nas lutas estudantis dos anos sessenta. Viveu depois, como miliciano, a guerra colonial, em Angola. Deixou, aliás, um livro-testemunho desse tempo que tanto o marcou. Não Viste nada de Angola.

De regresso a Lisboa, participou na vida política oposicionista supercontrolada do tempo. Nas fases ditas de «liberdade suficiente», abertas nos chamados «períodos eleitorais», por exemplo. Fez parte do movimento unitário MDP/CDE, que, no consulado de Marcelo Caetano, tentou abrir caminho para a legalidade. Marcou presença nos Congressos Republicanos de Aveiro. Foi candidato a deputado nas eleições-farsa de 1969 e 1973. E, sobretudo, foi um dos impulsores da ampla movimentação sindical que daria, mais tarde, lugar à Intersindical.

Após a última mascarada eleitoral da ditadura, em 1973, decepcionado por uma certa retórica oposicionista que dava poucos frutos - e face ao cerrado bloqueio em que se afundava então o País, num immobilismo espesso -, resolveu aderir ao recém-formado Partido Socialista, após o Congresso de Bad Munstereifel, realizado clandestinamente na Alemanha. Marcelo Curto não esteve presente no Congresso mas aderiu imediatamente a seguir - e por isso sempre foi considerado «fundador» do PS -, tendo participado na elaboração do primeiro programa do Partido. Para tanto, deslocou-se a Paris, no Verão de 1973, com Mário Sottomayor Cardia e António Reis - para um encontro, com esse objectivo, em que, pelo lado dos «estrangeirados», estavam: Ramos da Costa, Tito de Moraes, Jorge Campinos,

Coimbra Martins e eu próprio.

Foi então que conheci, pessoalmente, Marcelo Curto. A primeira abordagem não foi fácil. Lembro-me do seu radicalismo, próprio da época, que era de um esquerdismo avassalador: poder popular, controlo operário, autogestão, etc. As discussões político-ideológicas que mantivemos foram áspers até termos encontrado o acordo possível. Fiz então, como já escrevi, várias concessões em termos teóricos, para ganhar uma geração que pouco tempo depois seria essencial - como foi - à construção PS e da Democracia.

Marcelo Curto tinha já uma considerável experiência sindical, que seguramente faltava a quase todos nós, com a excepção porventura de Ramos da Costa. Nós queríamos que o PS fosse basicamente «um partido de trabalhadores», como se dizia na época, o que, obviamente, estava muito longe de ser.

Marcelo Curto, advogado consultor de vários sindicatos - onde tinha adquirido uma experiência incomparável e um conhecimento efectivo dos quadros sindicais que actuavam no terreno - deu um contributo inestimável para a implantação do PS no mundo do trabalho. Quando se deu o 25 de Abril - dia inesquecível! - Marcelo Curto pertencia já à direcção do PS. Era um dos seus jovens quadros, responsável pelo sector do trabalho. Jovem, digo, porque pertencia a uma geração posterior à do Zenha, do Catanho de Meneses, do Olindo de Figueiredo, do Tinoco de Faria, do Oliveira e Silva e à minha, e muitíssimo mais nova ainda em relação à dos nossos grandes predecessores (todos ainda vivos nessa altura): António Macedo, Cal Brandão, Álvaro Monteiro, Gustavo Soromenho, Magalhães Godinho, Tito de Moraes, Raul Rego, José Ribeiro dos Santos, Eurico Ferreira, Herculano Pires, Teófilo Carvalho dos Santos, Fernando Vale, Costa e Melo, Strecht Monteiro, Sousa Pereira, Vasco da Gama Fernandes, Júlio Carrapato, António Portilheiro e tantos outros. Marcelo Curto era da geração de Manuel Alegre, António Campos, Lopes Cardoso, Carlos Candal, Jorge Campinos, António Arnault, Sottomayor Cardia, Maldonado Gonelha, José Luís Nunes, Fernando Oneto, Vitor Cunha Rego, Fernando Loureiro, Alfredo Barroso, Jaime Gama e tantos outros impossíveis de citar, que formaram a ossatura do PS e lhe deram consistência ideológica e implantação no terreno. Depois deles viriam os mais novos ainda, como António Guterres, que têm hoje responsabilidades no Governo, nas autarquias, nos sindicatos e no Partido. O 25 de Abril transformaria radicalmente a vida de todos nós. Marcelo Curto, como quase todos os que detinham

responsabilidades de direcção do Partido, tornou-se um militante socialista a tempo inteiro, abandonando o seu escritório de advogado e tudo o resto. Sem qualquer compensação material - como sucedeu a todos. Viveu - vivemos - em total fraternidade, intensamente, o período revolucionário de 1974 a 76 - as difíceis opções que se nos puseram, entre as utopias e a dura realidade que nos cumpria gerir, os riscos, as lutas, as responsabilidades, as discussões intermináveis, os momentos exaltantes das manifestações e dos comícios, as decepções, que não foram poucas, as pequenas e grandes vitórias e, sobretudo, as esperanças. Desde o primeiro dia, Marcelo Curto esteve sempre na frente mais dura do combate, onde o PS estava menos implantado: no terreno laboral. Foi, incontestavelmente, o principal organizador do PS no mundo do trabalho ajudado então pela Fernanda Lopes Cardoso. No momento do I Congresso na Legalidade, em Dezembro de 1974 - que constituiu um momento forte e decisivo no percurso do PS -, Marcelo Curto foi uma das vozes que defenderam a lista de que fui subscritor, ao lado de Manuel Alegre, Lopes Cardoso e do Manuel 25 (como era e é conhecido), trabalhador da Lisnave, em representação do Grupo Autónomo do Partido Socialista (GAPS). Esse Congresso, a que presidiu com punho forte Salgado Zenha - e que seria organizado por Vitor Cunha Rego, Tito de Moraes, Catanho de Meneses, Xis Calheiros e Carlos Barroso - foi a primeira grande prova de fogo ganha pelo Partido. Veio depois a grande luta contra a unidade sindical, em Janeiro de 1975, e aí estiveram em cena - no inesquecível comício do Pavilhão dos Desportos - os mesmos dirigentes socialistas, naturalmente com Marcelo Curto. Daí surgiria o Movimento da Carta Aberta (vários meses depois), apoiada por grandes sindicalistas socialistas, como Torres Couto, António Janeiro, Mário Nunes da Silva, José Simões, Vitor Hugo Sequeira, José Mota, Barbosa de Oliveira, João Prouça, Delmiro Carreira e outros, donde resultaria, muito mais tarde, em Outubro de 1978, a criação da UGT, com base num acordo político entre PS e PPD, negociado por Sá Carneiro e por mim. Mas isso já foi outra história, onde a grande figura, por parte do PS, seria Maldonado Gonelha, e em que Marcelo Curto marcaria as suas fortes divergências... O que não afectou, minimamente, a nossa amizade.

Com o 25 de Novembro de 1975 o processo de normalização democrática da Sociedade e do Estado entrou numa fase menos conturbada, embora ainda repleta de contradições. Formou-se o VI Governo Provisório, presidido por Pinheiro

de Azevedo - um Governo importante - em que Marcelo Curto seria secretário de Estado do Trabalho. Votou-se a Constituição da República, em 2 de Abril de 1976. Elegeu-se pela primeira vez, directamente, o Presidente da República, general Ramalho Eanes. Foi eleita a primeira Assembleia Legislativa e, em consequência, foi formado o I Governo Constitucional. Marcelo Curto, naturalmente, foi o ministro do Trabalho, sendo substituído, meses depois, pelo seu secretário de Estado, Maldonado Gonelha. Iniciava-se uma nova página. Para trás ficavam os anos de brasa, exaltantes, da Revolução. Tratava-se de governar o País, de o tornar exequível, económica e financeiramente, e normal, em termos de uma democracia pluralista europeia. Tinha chegado o momento de requerer adesão à CEE, de acudir à tutela militar e de tratar a sério do último dos DD da trilogia de Abril: desenvolver, depois de descolonizar e de democratizar. Marcelo Curto foi ainda deputado em várias legislaturas. Em 1981, no aquerdido e esclarecedor IV Congresso do PS, deu voz, com camaradas fiéis do mundo do trabalho, a uma moção intitulada «Esquerda laboral». As outras duas em disputa, eram «Um partido forte, um projecto claro», do chamado «ex-Secretário», cujo primeiro subscritor foi Salgado Zenha; e «Novo rumo para o PS», de que fui o primeiro signatário. Foi um debate frontal e esclarecedor, dos que revigoram os partidos que têm a coragem de os propor.

A partir de então, com a mesma simplicidade com que entrara na política activa, Marcelo Curto foi paulatinamente regressando à vida profissional, que exerceu sempre com grande dignidade. A doença, das que não perdoam, surpreendeu-o prematuramente. Antes de ser operado quis doar à Fundação Mário Soares toda a sua documentação e grande parte da sua muito significativa biblioteca. Sabia - tinha a certeza - que aí a sua memória seria guardada com cuidado e lembrada, com objectividade e rigor.

Vi-o, pela última vez, precisamente, na inauguração das novas instalações da Fundação. Saído de um longo internamento hospitalar, pareceu-me bem. Ele também me disse, com optimismo, que "o pior tinha passado". Fiquei sossegado. Afinal, um mês e pouco depois, fui surpreendido com a notícia tristíssima da sua morte. É uma geração, posterior à minha, que começa a ser tocada: Campinos, Vitor Cunha Rego, Lopes Cardoso, Áurea Rego... A lei implacável da vida! Mas a memória permanece.

In «Diário de Notícias»

## ESTUDAR A LIÇÃO



**A** celebríssima pergunta de Baptista Bastos - onde estava no 25 de Abril? - poderia responder, entre outras coisas, que era professora no então Liceu Nacional da Amadora. Tinha 24 anos e já contava dois de actividade docente. Vivi intensamente aqueles inesquecíveis dias, semanas e meses que se seguiram à revolução. Inebriei-me com os aromas, matizes e modelações da nova liberdade. Indignei-me com os malabarismos dos troca-tintas e vira-casacas. Lamentei o fosso fundo e doloroso que passou a separar os professores: quem não era revolucionário era «fascista» e quem não era conservador era «extremista».

Particpei em dezenas de RGP e de RGE, as reuniões magnas dos professores e da escola. Os alunos tinham as suas RGA, onde discutiam tudo e todos e «saneavam» os professores. Assisti ao descontrolo emocional de uma colega que não aguentou a pressão dos novos tempos. Agüentei dias a fio a investida dos alunos para me convencerem a empolar as notas, «porque a minha bitola era muito baixa» e porque os outros professores «já tinham concordado acabar com as negativas». Expliquei-lhes as minhas razões e usei os argumentos que me pareciam irrefutáveis: a revolução precisa de cidadãos conscientes e competentes e não de irresponsáveis e analfabetos; a língua materna é um instrumento essencial de



acesso ao saber e ao poder; as «notas» que dava eram merecidas, logo justas... e por aí adiante. E rematei, sugerindo que sempre tinham a possibilidade de me «sanear».

Não me sanearam e não deixei de atribuir 7, 8 e 9 valores (numa escala de 0 a 20,

convém recordar), porque merecidos, mesmo a alunos que tinham 15, 16 e 17 a Filosofia, mas que não sabiam estruturar uma ideia nem escrever uma frase inteligível.

Guardo as melhores recordações desses tempos memoráveis. E conservo ainda hoje a amizade de alguns desses alunos que comigo conviveram nesses anos simultaneamente difíceis e empolgantes. Cometeram-se excessos, sem dúvida, por muitas e diferentes razões. Até por falta de hábito e de jeito para lidar com a liberdade. Aprendíamos a conhecê-la, a definir-lhe os contornos e, de tanto a amarmos e de durante tanto tempo a desejarmos, éramos por vezes impulsivos em demasia e desastrosos no relacionamento.

Vêm-me à memória estas recordações ao ler, ouvir e ver alguns episódios que se passam nas escolas de hoje: professores e funcionários agredidos por alunos; miúdos armados e fazendo uso das armas contra os colegas de brincadeira; jovens que agredem o próximo por dá cá aqueles trocados; professores que são desobedecidos, insultados, maltratados... Decorridos mais de 25 anos de vivência democrática, a actual situação vivida nas escolas deixa-me perplexa e muito preocupada em relação ao uturo e não posso deixar de me interrogar sobre as causas de tanta falta de respeito pelos outros e agressividade gratuita.

Como, onde e quando falhámos como

pais, educadores e governantes? Que exemplos, valores e princípios (não) soubemos transmitir aos nossos jovens? Que responsabilidades tem a família, a escola, a sociedade? E a televisão, que influencia e condiciona preferências e comportamentos?

Não tenho infelizmente resposta para estas e outras perguntas. Sei, todavia, que as crianças vítimas de maus tratos se tornam também elas violentas. E quem convive com a exclusão social e a miséria humana, quem cresce no desamparo, entregue a si próprio e aos exemplos e influências que lhe chegam do ambiente degradado que o cerca, não adivinha que a vida pode ser diferente. E todos sabemos, ainda que digamos que não, que a presença, o apoio e o afecto da família não podem ser substituídos pela companhia da televisão, por bens materiais e «toda a liberdade». A educação começa em casa e deve ser prosseguida na escola. A disciplina é uma componente importante da formação do ser humano. Pais e professores não se podem demitir das suas responsabilidades. E aos governantes compete zelar pelos direitos das crianças, valorizar a educação e dignificar os professores.

Antes que seja tarde, é preciso parar para pensar. Estudar a lição para corrigir erros e encontrar soluções. E depois agir, porque o futuro existe.

In «Expresso»

## POR UM PAÍS MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO

**C**omeçamos por saudar o Jorge Sampaio pela sua reeleição como Presidente da República, nas eleições que se realizaram no dia 14 de Janeiro.

Estas eleições não despertaram uma grande paixão no País, por várias razões que importa analisar. A primeira e, porventura a mais importante, porque a Direita desistiu de disputar seriamente esta eleição, tendo por isso apresentado um candidato de 3ª linha, que pese embora a forma galharda como se empenhou, não era uma candidatura que estivesse realmente a disputar a eleição, pelo contrário tinha como única preocupação defender as posições do seu Partido, por isso apostou numa lógica absurda de dividir o País entre os socialistas e os não socialistas.

A segunda razão, radica na experiência portuguesa de, até ao momento, o Presidente da República em funções vencer sempre as eleições, para o segundo mandato. Contudo, deveremos

acrescentar um outro factor que também teve bastante significado neste alheamento quase total, e que foi a aplicação da nova lei de financiamento que trouxe novos e grandes constrangimentos aos gastos com as campanhas eleitorais, com tudo o que isso implica de positivo, pela grande contenção de verbas que impõe e pela defesa do ambiente que indirectamente origina, mas indiscutivelmente que tem uma outra face que não pode ser escamoteada que é a de impor que a Campanha eleitoral quase só tenha existido na Comunicação Social, não tendo chegado às pessoas nos espaços públicos.

Contudo, aquilo que as eleições presidenciais vieram demonstrar sem margem para quaisquer dúvidas foi que a Direita ainda não se conseguiu afirmar junto do eleitorado como uma alternativa credível.

Na verdade, para além do CDS/PP ter fugido de ir a votos, o candidato

apresentado pela Direita portuguesa obteve o pior resultado de sempre e o líder do PP fez na noite das eleições um ataque terrível ao seu parceiro de direita, o que certamente criará grandes dificuldades para a realização de qualquer acordo entre os partidos de Direita, enquanto se mantiverem os actuais líderes.

Com toda esta conjuntura, em que os eleitores não acreditam na existência de nenhuma alternativa de governo, o PS e o nosso Governo liderado por António Guterres têm todas as condições para retomar a iniciativa política e para colocarem em prática as reformas estruturais que são necessárias.

Assim, com o Congresso Nacional marcado para os dias 30 e 31 de Março e 1 de Abril, o PS deverá aproveitar esse momento para um grande debate político e, sobretudo, para o relançamento da actividade governativa, pelo que defendo que o nosso primeiro-ministro deveria proceder a uma remodelação

governamental antes do Congresso. Mas, quando falo em remodelação, não me refiro apenas à mudança de protagonistas, defendo essencialmente que se proceda a uma alteração da prática política, com um novo ciclo de governação baseado na concretização das reformas que o País necessita, como o aprofundamento da Reforma Fiscal, agora com a reforma do Imposto sobre o Património, a continuação da reforma tranquila que está a ser levada a cabo na Justiça, o aprofundamento das alterações na política de Saúde e a continuação das alterações no que diz respeito ao Emprego e à Solidariedade Social, sem esquecer a importância da aposta no policiamento de proximidade que tem que ser consolidada e aprofundada.

Numa palavra, é necessário que António Guterres imprima um novo «élan» à actividade governativa que torne Portugal um País mais justo e solidário.

diasbaptista@ps.parlamento.pt



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Escultura em Albufeira**

A exposição de escultura «Forma», de Paulo Quaresma, será inaugurada no sábado, dia 10, na Galeria Municipal. Esta mostra poderá ser visitada, até ao dia 3 de Março, entre as 10 e 30 e as 17 horas, de segunda-feira a sábado. A semelhança de anos anteriores, a autarquia local patrocina a Volta ao Algarve em Bicicleta. Assim, esta segunda-feira, dia 12, realiza-se a segunda etapa da prova (Castro Marim-Albufeira), com chegada prevista para as 15 horas.

**Arquitectura em Coimbra**

O Núcleo de Arquitectos da Região de Coimbra – NARC – expõe os seus trabalhos a partir de amanhã, às 18 e 30, na Sala da Cidade da Casa Municipal da Cultura. As conversas sobre arquitectura chegarão a este espaço cultural no serão (21 e 30) de quarta-feira, dia 14, com a conferência sobre «Arquitectura Popular na Região de Coimbra».

**Concerto em Fafe**

No dia 10 haverá um concerto musical de solidariedade para com o Agrupamento Face B e que contará com a participação de todos os grupos musicais do concelho, na sala polivalente da Escola Secundária de Fafe, às 21 e 30.

**Teatro em Guimarães**

O Teatro Oficina leva à cena, no Palácio de Vila-Flor, a peça «O Corcunda por Amor». O espectáculo poderá ser visto a partir de hoje e até ao dia 25, às 17 horas ou pelas 21 e 45. «Os Amantes do Círculo Polar», de Júlio Medem, é o filme que poderá ver hoje, no Auditório da Universidade do Minho, às 21 e 45. A partir de amanhã e até ao dia 15, o Cinema São Mamede exhibe o mesmo filme. No dia 13, pelas 21 e 30, estreia no Auditório a comédia de Jay Roach, «Um Sogro do Pior».

**Ópera em Lisboa**

«Ao Vivo», a Companhia Paulo Ribeiro, acompanhada por Maria João e Mário Laginha, marcou uma sessão de dança para hoje, no Auditório do Centro Cultural de Belém, às 21 e 30. O Teatro Nacional de São Carlos apresenta «Parsifal», uma ópera de Richard Wagner, no dia 10 e 14, às 18 e 30. O auditório da Fnac-Chiado será palco, no próximo dia 13, às 18 e 30, do lançamento do livro «Manual do Assassínio Político», de César Sousa. A obra será apresentada por Moita Flores e por Nuno Godinho de Matos.

**Música em Macedo de Cavaleiros**

No âmbito da agenda cultural de Inverno, realiza-se amanhã, às 21 e 30, mais um concerto da Orquestra do Norte, na Igreja Matriz. O programa do espectáculo musical inclui obras de Mozart, Denes Agay e Bill Holcombe.

**Humor em Paredes de Coura**

Amanhã, às 21 e 30, no Centro Cultural haverá «Delírios e outras flores», com Paulo Matos. Trata-se de um espectáculo de comédia composto por um conjunto de textos *non sense*, humor, ironia e jogos de linguagem.

**Conferência em Portimão**

Moisés Espírito Santo dará uma conferência – «Misticismo, milagres e fé» – amanhã, às 21 e 30, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes.

**Paixões no Porto**

A companhia teatral portuguesa Seiva Trupe estreia um espectáculo sobre o texto da obra de António Lobo Antunes «Tratado das Paixões da Alma», numa versão e encenação do catalão Alberto Bokus. A peça «Paixões» subirá ao palco do Teatro Campo Alegre e será interpretada por António Capelo, António Pedro, Gonçalo Pimentel, Jorge Vasques, Josefina Ungaro e Mário Moutinho. A cenografia tem assinatura de Gurene Unibaso. O espectáculo começa e ficará em cena até finais de Março.

**Cinema na Povoação**

O III Ciclo de Cinema da Povoação encerra no próximo sábado, dia 10, com o filme «O Fim da Aventura».

**Atelier em Santo Tirso**

Das várias actividades que vão animar a Biblioteca Municipal, destaca-se, para hoje às 10 e 30, a exibição do filme «Aladino Génio Engarrafado» e o atelier de expressão «Máscaras de Carnaval», à mesma hora, no dia 13.

**Exposição em Sintra**

No próximo sábado, dia 10, às 15 horas, o Sintra Museu de Arte Moderna inaugura a exposição «Face-a-Face», constituída por obras dos anos 90, a maioria das quais adquiridas recentemente pela Coleção Berardo – pintura, escultura e fotografia –, de autores internacionais e do português Jorge Molder. A mostra permanecerá patente até ao final de Abril, podendo ser visitada de terça-feira a domingo, das 10 às 18 horas.

**Festival em Vila Real de Santo António**

O intérprete Eduardo Ramos actua amanhã, dia 9, pelas 22 horas, no Centro Cultural António Aleixo, num espectáculo integrado no programa do Festival de Música «Rota de al-Muthamid». No mesmo local, poderá visitar, até à próxima quinta-feira, dia 15, a exposição de pintura de Ilda Contente. A Feira das Velharias realiza-se no sábado, dia 10, na Praça Marquês de Pombal.



SUGESTÃO

**Mísia – Ciclo**

Um dos casos maios falados do fado, Mísia, corresponde a uma leitura do género que obedece a padrões não inteiramente convencionais. A cantora foi convidada a realizar uma apresentação especial para o Festival, e o resultado é um espectáculo com o título «Ciclo» que, de certa forma, constitui o fechar de uma etapa de vida da cantora que se apresentará com todos os músicos que até agora a acompanharam, incluindo os diversos guitarristas, do início de carreira e da actualidade, e outros músicos (da Brigada Victor Jara, da Ala dos Namorados) nacionais e estrangeiros com os quais tem trabalhado. Se desejar ver e ouvir ao vivo a voz do fado moderno, saiba que Mísia actuará durante aproximadamente duas horas, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, no sábado, dia 10, a partir das 21 e 30.



**POEMA DA SEMANA**  
Seleção de Carlos Carranca

**Exortação aos jovens poetas**

É tempo de aventura,  
É tempo de fantasmas;  
Tempo, sim, da ternura  
E tempo de miasmas.

Sê tu pois o teu dono,  
Vate, e não durmas mais:  
Não procures o sono  
E não percas o cais.

E por todo o planeta,  
Enquanto houver a escrita.  
Tu não durmas, Poeta;  
Enquanto o parasita

No rico já se encarne  
E for pra ti gatilho,  
Enquanto houver a carne,  
Enquanto houver o milho,

Não peças mais perdão,  
Ó Vate em verde-gaio:  
Tu bate no patrão  
E risca-o com um raio!!!

**Paulo Brito e Abreu**  
In «O livro e a lavra»



## A INFLAÇÃO EM PORTUGAL E A ECONOMIA MUNDIAL

**1.** As declarações do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, sobre a questão dos aumentos salariais e os necessários equilíbrios financeiros despertaram alguma polémica, tendo mesmo servido de pretexto para o adiamento das negociações salariais no sector bancário. Interessa reflectir sobre as afirmações produzidas, o contexto económico-financeiro em que se inseriram e as conclusões a extrair delas. Por isso, a Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano solicitou, com o voto favorável dos deputados do PS, a audição do governador do Banco de Portugal sobre a conjuntura económico-financeira e a questão dos aumentos salariais.

2. A prevista travagem do crescimento

económico (habitualmente designada por «aterragem») da economia norte-americana pode não ser tão suave como alguns previram. O Japão e algumas economias, dantes conhecidas como «tigres asiáticos», tardam em descolar, embora por razões diversas. Os grandes Estados arquipelágicos da Ásia – Pacífico (Filipinas e Indonésia) é em condições difíceis que vivem processos políticos tentando consolidar ou instaurar regimes democráticos, enfrentando os desafios de uma gigantesca corrupção (atingindo os mais diversos níveis do Estado) e desejos secessionistas perfeitamente claros e assumidos. Só a coordenação económica das políticas europeias permitiria que a Europa da União assumisse o papel de motor e equilibrado dinamizador da economia mundial que a América

clintoniana desempenhou. A combinação no programa Bush do liberalismo requeentado, de ataque aos programas sociais, de algum isolacionismo internacional e da reanimação de programas militares que poderão perturbar o equilíbrio mundial obrigam Portugal e toda a Europa da União a esforçarem-se para, coordenando melhor as políticas económicas e avançando no domínio da harmonização fiscal, afirmarem um modelo económico mais solidário, desenvolvimentista e aberto ao mundo. Sublinhemos que, em qualquer caso, um abrandamento global do crescimento norte-americano pode coincidir com uma moderada retoma das economias europeias. A batalha pelo crescimento económico português terá que ter isso em conta.

«Mais chocante do que o Estado ajudar os drogados a drogarem-se, em condições que salvaguardam a sua saúde e a dos outros, é a sociedade fingir que não sabe e não vê esses despojos humanos a injectarem-se nas rias, em condições indignas de um ser humano»  
**Miguel Sousa Tavares**  
*Público, 2 de Fevereiro*

«A este respeito, nada é mais chocante, de facto, do que o primarismo e a demagogia de atitude com que a direita – o PP e o PSD – encaram qualquer tentativa de ensaiar uma nova política contra a droga. Um verdadeiro caso de reaccionismo incurável»  
**Idem, ibidem**

«Os "reality shows" funciona para mim como incentivo cultural: assim que começamos vou para outra sala ler um livro»  
**Sérgio Godinho**  
*Visão, 1 de Fevereiro*

«O Porto 2001 vai servir de antídoto à descurturalização que impõe o "Big Brother"»  
**José Sasportes**  
*Ibidem*

«É um ciclo viciado (e não vicioso), as pessoas são cúmplices e vítimas ao mesmo tempo. Ao verem programas de baixo nível ajudam a fabricá-los, depois tornam-se consumidores obrigatórios. Al Capone utilizou, durante a lei seca, as mesmas palavras dos programadores de TV: "Eu dou às pessoas o que elas querem"»  
**Pedro Abrunhosa**  
*Ibidem*

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
 Órgão Oficial do Partido Socialista  
 Propriedade do Partido Socialista  
 Director  
**Fernando de Sousa**  
 Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
 Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
 Colaboração  
**Rui Perdigão**  
 Secretariado  
**Sandra Anjos**  
 Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
 Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
 Avenida das Descobertas 17  
 Restelo - 1400 Lisboa  
 Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
 Avenida das Descobertas 17  
 Restelo - 1400 Lisboa  
 Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
 Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
 Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Por favor remeter este cupão para:  
 Portugal Socialista  
 Avenida das Descobertas 17  
 Restelo  
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.  
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
 Morada \_\_\_\_\_  
 Localidade \_\_\_\_\_  
 Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
 Acção Socialista  
 Avenida das Descobertas 17  
 Restelo  
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.  
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
 Morada \_\_\_\_\_  
 Localidade \_\_\_\_\_  
 Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

